

José Luiz Fiorin
Margarida Petter
(organizadores)

África no Brasil

a formação da língua portuguesa



editoracontexto

Copyright © 2008 Margarida Maria Toddoni Petter

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Capa e diagramação
Gustavo S. Vilas Boas

Revisão
Margarida Petter e José Luiz Fiorin

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Africa no Brasil : a formação da língua
portuguesa / Margarida Petter, José Luiz Fiorin
(organizadores). — São Paulo : Contexto, 2008.

Vários autores.
ISBN 978-85-7244-382-1

1. Brasil — Civilização — Influências africanas — Linguística
2. Linguagem e cultura — Brasil I. Petter,
Margarida. II. Fiorin, José Luiz.

07-8819

CDD-469.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Português : Brasil. Influências africanas :
Linguística 469.1

Apoio:



C A P E S

EDITORA CONTEXTO

Diretor editorial: *Jaimé Pinsky*

Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP

FAX: (11) 3832 5838

contexto@editoracontexto.com.br

www.editoracontexto.com.br

2008

Proibida a reprodução total ou parcial.
Os infratores serão processados na forma da lei.



Sumário

Prefácio	7
Lista de línguas	13
Línguas africanas e português falado no Brasil	15
<i>Emílio Bonvini</i>	
A inexistência de crioulo no Brasil	63
<i>Jean-Louis Rongé</i>	
A realização do sujeito em português do Brasil: deriva <i>versus</i> criouliização	75
<i>Nicolas Quint</i>	
As línguas vernáculos urbanas na África: o caso do <i>sheng</i>	89
<i>Bernard Caron</i>	
Os vocábulos de origem africana na constituição do português falado no Brasil	101
<i>Emílio Bonvini</i>	
Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje	145
<i>Tania Alvimin e Margarida Petter</i>	
Estratégias de impessoalização no português brasileiro	179
<i>Emeralde Vallet Negro e Euvani Viotti</i>	
Os organizadores	205
Os autores	207

Prefácio

“É próprio da imaginação histórica edificar mitos que, muitas vezes, ajudam a compreender antes o tempo que os fatos do que o universo remoto para o qual foram inventados.”⁵

Alfredo Bosi, *Dialética da colonização*.

Todo sentimento nacional constrói-se sobre origens, mitos, inícios heróicos. Os mitos de origem da nação brasileira, forjados no romantismo, como o que aparece, em *O guarani*, de Alencar, por exemplo, mostram que o povo brasileiro descende de portugueses e índios. O mito é sempre uma *coincidência opressoruna*. Este de que falamos opera com a união da natureza com a cultura, ou seja, dos valores americanos com os europeus. O Brasil seria assim a síntese do velho e do novo mundo. A nação brasileira aparece, depois de um dilúvio, em cuja descrição se juntam os mitos das duas civilizações constitutivas da nação brasileira, o de Noé e o de Tamandaré. O povo brasileiro é resultado da fusão do sangue português com o sangue tupi. Esse mito exclui o elemento africano na formação da nacionalidade. O índio não constituía nenhum perigo à ordem vigente, fundada na escravidão dos negros. Por outro lado, a idéia de que ele não se adaptava à escravidão servia para constituir o mito de um homem com espírito de liberdade e coragem, qualidades necessárias para ser um dos heróis fundadores.

No final do século XIX, aparecem as “teorias” do caráter nacional brasileiro, embasadas em doutrinas raciais, que buscam explicar o atraso de nosso país pela existência em nossa formação social de raças “inferiores” e de mestiços. A teoria racista, une-se a idéia da determinação geográfica, que explica o desenvolvimento ou não de um país pelo ambiente físico. Mesmo aquelas obras que são consideradas anti-racistas, como *O mulato*, de Aluísio Azevedo, combatem o preconceito contra o mulato, com base numa idéia de branqueamento do Brasil. O mestiço não poderia ser estigmatizado porque estava aproximando-se do branco e afastando-se do negro. Com Gilberto Freyre, busca-se descrever e explicar o Brasil por meio do processo de miscigenação, mostrando que nosso país se forma a partir da contribuição de portugueses, índios e africanos. A partir daí, começa-se a considerar *eufórica a mescla*. A *cultura brasileira* passa a descrever-se como uma cultura da mistura, do sincretismo.

A maneira como a língua portuguesa foi vista parece correr paralelamente a esse breve esboço sobre a explicação da formação do povo brasileiro. No Romantismo, começa-se a discutir a natureza da língua falada no Brasil. *O guarani*, por exemplo, mostra, além da fundação da nacionalidade, a constituição da língua falada no Brasil. Sua identidade é correlata à do homem brasileiro, cuja origem o romance descreveu. Não se trata do português tal como é falado em Portugal, mas de um português modificado pela natureza brasileira. A língua falada no novo país é um reflexo, na sintaxe e no léxico, das suavidades e asperezas da natureza da América. É uma fusão também da cultura com a natureza. Alencar não preconiza que se fale tupi, mas esse português modificado no Brasil.

No período das explicações racistas sobre a composição de nosso povo, preconiza-se a volta aos cânones do falar lusitano, o único a gozar do prestígio da correção e da existência. Os falares populares brasileiros são vistos como erro, como fruto da ignorância e da incapacidade de bem pensar. Quando se começa a falar da contribuição de portugueses, de índios e de negros na formação da nacionalidade, principia-se a enfatizar a influência das línguas africanas e indígenas no português brasileiro. As afirmações de seu estatuto crioulo ou semicrioulo parecem corresponder ao período de euforização da mestiçagem, do sincretismo, da mistura na cultura brasileira e na constituição do povo brasileiro.

Se já na fundação da Universidade de São Paulo se criou uma cátedra de Língua Tupi-Guarani e se os estudos de línguas indígenas difundiram-se pelo país, a mesma coisa não aconteceu com os estudos da Linguística Africana. Pouquíssimos pesquisadores dedicam-se, ainda hoje, a esse ramo do conhecimento. Muito do que se falou sobre a influência de línguas africanas no português brasileiro ou sobre a questão da criouilização ou da semicriouilização não estava fundado em sólidos conhecimentos das línguas dos escravos que foram trazidos para o Brasil. O primeiro cardeáutico de Tupi-Guarani insistia em que a cadeira dessa língua deveria ser colocada no mesmo patamar em que se situam as de Grego e de Latim. Por isso, ela não se ocuparia de ensinar, de modo prático, a língua, mas teria uma orientação histórico-comparada. Não interessa aqui discutir o acerto ou o erro dessa diretriz. O que importa é que se procurou dar ao estudo das línguas indígenas um estatuto acadêmico de nobreza, o que jamais foi concedido à investigação das línguas africanas.

Este livro que ora apresentamos ao público procura apresentar trabalhos sobre a questão das relações das línguas africanas com o português brasileiro. Numa área tão carente de bibliografia, temos a certeza de que esta obra será um importante subsídio para o conhecimento dessa questão.

Os capítulos deste livro foram produzidos por pesquisadores brasileiros e franceses participantes do projeto financiado pela CAPES e pelo COFECUB, "A participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro", que tem por objetivo identificar os eventuais traços linguísticos que podem ser atribuídos ao

contato do português com as línguas africanas que aqui aportaram no período da colonização. O lado brasileiro foi coordenado pela Professora Margarida Perter, que dirige, na Universidade de São Paulo, um atuante grupo de pesquisa em Linguística Africana. O grupo de pesquisadores franceses, coordenado inicialmente pelo Professor Bernard Caron e atualmente pela Professora Martine Vanhove, pertence ao Laboratório "Linguagem, Línguas de Culturas da África Negra" (LLACAN) do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRs), de Paris.

Nas culturas da África negra, a palavra é dotada de energia vital, tem o poder de manipular forças e fonte de conhecimento e, por isso, deve ser valorizada e manejada com prudência. Para Hampât Bâ, escritor, etnólogo e sábio africano, que se considerava "diplomado na grande Universidade da Palavra, ensinada à sombra dos baobás", é a solidez do laço existente entre o homem e a sua palavra, mais forte nas sociedades orais, que confere valor ao testemunho, à tradição oral (*Histoire générale de l'Afrique*, 1986: 99). Foi esse modo de transmissão da palavra que se reproduziu no Brasil, pelo contato vivenciado entre pessoas, falantes de línguas africanas, depositários de práticas sociais e conhecimentos específicos, e falantes de outras línguas (índigenas e portuguesa, inicialmente), também portadores de experiências e conhecimentos próprios. As palavras africanas que aqui se perpetuaram não fazem parte apenas de uma lista de lexemas, mas constituem, antes, uma maneira de conceituar, de categorizar a realidade, cuja presença pode ser observada até mesmo quando nenhuma forma linguística africana pode ser identificada.

Emílio Bonvini discute, de maneira muito ampla, a questão da relação entre línguas africanas e o português: atualiza o trabalho publicado na *Langages*, 130, de junho de 1998, "Portugais du Brésil et langues africaines", escrito em co-autoria com Margarida Perter, e acrescenta novos dados fundamentados por documentos obtidos em pesquisa inédita, ao mesmo tempo em que reitera posição contrária à hipótese de uma criouilização prévia do português brasileiro. Jean-Louis Rougé, a partir do estudo da situação linguística de São Tomé, mostra por que o português brasileiro não passou por uma fase de criouilização nem pode ser considerado um semicrioulo. Nicolas Quint oferece mais evidências linguísticas para essa interpretação por meio do estudo comparado da perda das desinências número-pessoais dos verbos numa série de línguas românicas e das marcas de pessoa e de número no crioulo cabo-verdiano, para evidenciar que a redução das marcas morfológicas da flexão verbal e o aumento do preenchimento da posição de sujeito no português brasileiro devem ser atribuídos a uma deriva românica. Bernard Caron apresenta-nos a questão do surgimento de novas línguas urbanas na África, oriundas do contato de línguas africanas e europeias, analisando mais detidamente o *sheng*, língua urbana de Nairóbi, no Quênia. Em outro capítulo, Emílio Bonvini, apoiado em farta documentação histórica, analisa a apropriação do léxico de origem africana pela língua portuguesa e avalia a contribuição semântica, e não apenas lexical, de línguas africanas

no vocabulário do português brasileiro: Margarida Petrer e Tania Alkmim estudam minuciosamente a incorporação de palavras africanas atualmente em uso no português brasileiro, observando seu registro desde o século XIX, ao mesmo tempo em que destacam a *estabilidade e o dinamismo de sua utilização em contextos específicos*. Esméralda Vailari Negrião e Evani Viotti examinam a sintaxe de algumas formas de impessoalização utilizadas no português brasileiro contemporâneo, que possui uma estrutura semelhante à encontrada no quimbundo. Língua cuja ausência de passiva foi descrita desde o século XVII, para mostrar que as influências das línguas africanas no português brasileiro não se dão, muitas vezes, de maneira direta, mas por meio de processos amplos de incorporação de certos padrões linguísticos. Como se percebe, é um vasto leque de problemas e questões que ajudam a entender melhor a formação do português brasileiro.

É necessário justificar uma decisão tomada neste livro. Foram aporтугuesados todos os nomes de línguas africanas e elas sempre aparecem grafadas em letras minúsculas. É preciso que se explique essa resolução. Há uma "convenção para a grafia dos nomes tribais", estabelecida pela Associação Brasileira de Antropologia em reunião realizada em 1953 e publicada na *Revista de Antropologia* (1954: 150-152), que estabelece como devem ser grafados os nomes dos povos indígenas. Os pontos principais são que os nomes "tribais" devem ser sempre escritos com inicial maiúscula, sendo facultativo seu uso quando forem tomados como adjetivos; eles, quer usados como substantivos quer como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aporтугuesados. Em primeiro lugar, cabe afirmar que a convenção trata de nomes de povos e não de línguas. Em segundo, quando são adjetivos, essas palavras podem flexionar-se e ser escritas com inicial minúscula. Feitas essas ressalvas, há vários aspectos a considerar. As razões linguísticas que embasam essas normas são inconsistentes. Por exemplo, justifica-se o fato de não fazer a flexão do plural, porque há a possibilidade de as palavras já estarem no plural ou, ainda, de que a forma do plural não exista nas línguas indígenas correspondentes. O problema de estar ou não no plural não tem o menor sentido, pois quando uma palavra se incorpora a um outro idioma, ela adquire nele uma configuração fônica e é essa que importa para o falante. Por exemplo, as palavras emprestadas do árabe pelo português, como *alfinete*, trazem já o artigo definido. No entanto, não passa pela cabeça de ninguém dizer que diante desses vocábulos não se pode colocar o artigo definido do português. Quanto ao fato de o plural não existir numa dada língua não significa que, quando uma palavra entra noutra língua que tem essa categoria, ela não tenha que expressá-la quando participa da construção de uma frase. Caso contrário, teríamos uma agramaticidade na língua que incorpora o vocábulo. O respeito às formas linguísticas dos povos indígenas não permite desprezar as outras línguas. Outros dizem que não se pluralizam os nomes de povos indígenas porque, se é verdade que essas etnias não têm países, elas constituem

um povo e não apenas uma somatória de pessoas. Também os portugueses e os brasileiros constituem um povo e, apesar disso, as normas ortográficas do português mandam que nomes de povos e de línguas sejam grafados com inicial minúscula.

No entanto, não são esses nossos argumentos mais fortes para escrever os nomes de línguas com inicial minúscula e para flexioná-los de acordo com o sistema da língua portuguesa. Depois de vários anos de estudo dos fenômenos discursivos, o que a Lingüística de década de 50 desconhecia, e das exigências de uma linguagem politicamente correta, sabemos que o discurso mostra seu direito e seu avesso. Os manuais de redação dos jornais proscovem termos claramente discriminatórios e ofensivos, como *crioulo* ou *negão*, para referir-se a um negro. No entanto, não admitem igualmente que se utilizem expressões como *afro-descendente* ou *cidadão de tipo negroide*, porque sabem que o uso de termos escolhidos com excesso cuidado denota exatamente, pela atenção especial, uma atitude preconceituosa. O discurso acaba por revelar o que pretendia esconder. Não é uma atitude respeitosa grafar com inicial maiúscula ou não flexionar em gênero e número. Atitude respeitosa é tratar com absoluta igualdade, o que significa, na grafia de nomes de povos indígenas e africanos, escrever como se escrevem todos os demais. Na verdade, se há um termo profundamente discriminatório é o adjetivo *tribais* no nome da convenção. Não se usa *tribal* para fazer referência a portugueses, franceses, alemães, suecos e islandeses. Eles são povos. Por que então os povos indígenas são tribos? Finalmente, como muitas línguas faladas por esses povos ainda não são escritas, não aporтугuesar é escrever à maneira de ingleses e franceses e não respeitar as formas linguísticas africanas ou indígenas. No entanto, para permitir que o leitor interessado no estudo dessas línguas possa reconhecer os nomes pelos quais elas são identificadas na literatura interracional, apresentamos anexa uma lista com as designações correspondentes às formas que propomos em português.

Em algumas línguas bantas, diz-se que o pensamento reside no coração, transita pela cabeça e é reproduzido na fala. Este livro, sem perder o rigor científico, pretende revelar um sentimento de profundo respeito pelos povos africanos e pelas suas línguas, cristalizações de suas maneiras de ver o mundo. Por isso, pode-se dizer que nasceu no coração de um grupo de pesquisadores que não acredita em superioridades e inferioridades de raças, de povos, de línguas, mas apenas em diferenças, com que se deve conviver, sem preconceitos, sem discriminações, sem ressentimentos, sem ódios. Esse grupo acredita ainda que o estudo do encontro do português com línguas, povos e culturas africanas e indígenas é fundamental para a compreensão do chamado português brasileiro.

Lista de línguas

Grupos linguísticos, famílias e línguas africanas citados nos trabalhos, seguidos de designações encontradas na literatura africanista.

Adla (Akla)	Cross-River (Cross-River)
Acoli (Acoli)	Cud (Kwa)
Adamawa-ubangiana (Adamawa-ubangian, Adamawa-oubanguiaine)	Quambi (Kwambi)
Afro-asiático (Afro-Asiatic)	Quanaria (Kwan'aryana)
Aiqui (Aiki)	Quchitico (Couchitique, Cushitic)
Aja (Adja)	Defóide (Defoid)
Amárico (Amharic, Amharique)	Dendi (Dendi, Dendawa)
Bambara (Bambara, Bamankan)	Dinca (Dinka)
Banno (Bannu)	Dilla (Jula, Dioula, Dyula)
Baulé (Bawle, Baoulé)	Doluo (Dholuo)
Beja (Bedja)	Duala (Douala, Diwala, Dwala)
Benú-congolesa (Benue-Congo)	Edóide (Edoid)
Berom (Berom)	Edóide (Edoid)
Beté (Bété)	Efrique (Efik)
Cainji (Kainji)	Eve (Ewe)
Camba (Kamba)	Fon (Fon)
Cambari (Kambari)	Fula (Ful, Fulani, Fulfulde, Fulbe)
Canioa (Kanika)	Gbala (Gbayla)
Canuri (Kanuri)	Gbe (Gbe)
Chádica (Chadic)	Grassfields (Grassfields)
Chádico/Chadiano (Tchadique, Chadic)	Gutri (Gwari)
Chiluba-essai (Chiluba-Kasai)	Guzze (Guzze)
Chilucazi (Chiluchazi)	Gurage (Gouragué, Gurage)
Chilunda (Chilunda)	Gurundi (Gurundi, Grunce)
Chimungue (Nyungwe, Ginyungwe, Ginyungwe, Tera, Tere, Yungue)	Hada (Hassa, Hadzapi)
Chinji (Shinji)	Hauzá (Hawsa, Haoussa)
Choambo (Tzhoambo)	Herero (Oviiherero, Ochiiherero, Ochilelelo)
Chocue (Cokwe, Cioekwe, Tshokwe, Uchokwe, Quioca, Kioko, Shoko)	Iaca-holo (Yaca-Holo)
Chona (Shona)	Ibibio (Ibibio)
Chuabo (Chuwabo, Chwabo, Cuvabo)	Ibo (Ibo)
Coissan (Khoisan)	Ibóide (Igboid)
Conde (Kondé)	Idomóide (Idomoid)
<i>Cordofanas (Kordofanian)</i>	Jó (Jio)
Cosa (Xhosa, Isixhosa, Xosa, Caire)	Imbai (Mbay)
	Imbangala (Mbangaia)
	Incumbi (Nkumbi)

Indembo (Ndembo)	Omotico (Omotic, Ormotique)
Indo (Ndo)	Pende (Pende)
Indonga (Ndonga)	Platóide (Platoid)
Ingambai (Ngambai)	Quicongo (Kikongo)
Ingandi (Ngandi)	Quicuo (Kikuyu, Gikuyu)
Ingândi (Ngândi, Ngwandi, Mongwandi, Baza)	Quimbundo (Kimbundu, Mbumdi)
Inguni (Nguni)	Quindongo (Kindongo)
Inhambane (Tonga, Bítonga, Inhambane, Shengwe)	Quinabemba (Kinjabemba)
Isanto (Isamtho)	Quissana (Kisama)
Iuio (fiote (Iwoyo))	Quissangala (Kisangala)
Jucunóide (Jukunoid)	Quissicongo (Kisikongo)
Kru (Kru)	Quissolongo (Kisolongo)
Lango (Lwo, Lango, Lwoo, Langi)	Quissundi (Kissundi)
Libico-berbere (Lybico-Berbere)	Quivili (Kivili)
Lucha/Luvale (Luvale, Lwena, Chiluvale, Lovale, Lubale)	Quizombo (Kisombo)
Lugbara (Lugbara)	Ruanda-rundi (Rwanda-rundi)
Lua (Iyua, Iuluyia, Iuhya)	Salampasso (Salampasu)
Luo (Dholuo, Luo)	Sandawe (sandawi, sandawe, sandau)
Macua (Malhuwa, Omakua)	Senúfo (Senoufo)
Maí (Mati, Maxi, Maxi-Gbe)	Sessoto (Sesotho)
Mandé (Mandé)	Songai (Songhai, Songay)
Mangbero (Mangberu)	Songle (Songye)
Maninca (Maninka)	Soso (Susu, Soso)
Manjaco (Mandjaque, Manjaca)	Soto-tsвана (Sotho-Tswana)
Massa (Maasai)	Sualli/ quissuali (Swahili, Kiswahili)
Masania (Masania)	Sucuma-Niamuêzi (Sukuma-Nyamwezi)
Marbâni (Maribani)	Taracóide (Taracoid)
Monocuruba (Monokuruba)	Teque (Take)
Moore (Moore, Mossi)	Teda (Teda)
Nhaneca (Nyankaka)	Tigré (Tigre)
Nianja (Nyanja)	Tighina (Tigrinya)
Nigero-congolosa (Niger-Congo)	Tivóide (Tivoid)
Nilo-saariana (Nilo-Saharan)	Tsoistai (Tsoistai)
Nuchi (Nouchi)	Tsuana (Tswana, Setswana)
Nupe (Nupe, Nuřawa)	Tsu-tonga (Tswa-Ronga)
Nupóide (Nupoid)	Tuaregue (Touareg)
Nupóide (Nupoid)	Uolofé (Wolof)
Ochuaniana (Oekwanyama)	Urundo (Urundo)
Ochiganguela (Ochigangela)	Zagaua (Zaghawa)
	Zarna (Zarna, Dyerna, Dyarna, Dierna)

Observações:

1. Manteve-se a grafia com *k* do nome do grupo linguístico *kru*, para evitar qualquer confusão com o adjetivo português *kru*.
2. Mantiveram-se em inglês as designações *Cross-river* e *Grassfields*, porque são topônimos, cuja tradução, *Cruzamento do rio* e *Campos de relva*, não fãria o menor sentido em português.

Línguas africanas e português falado no Brasil

Emília Bonini

O debate

A relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas atraiu a atenção dos estudiosos pelo menos desde o início do século XIX. Primeiramente pressuposta, depois afirmada, em segunda matizada ou negada, ela foi objeto de um vivo debate, desenvolvido, sobretudo no século XX, em termos seja de “influência”, seja de “semicrioulização” ou ainda de “crioulização”. Geralmente, essa relação foi concebida unidirecionalmente, indo das línguas africanas para o português, encarando-se as primeiras quase exclusivamente em relação à língua portuguesa e, ademais, sob um ângulo pejorativo, como um fator potencialmente danoso, suscetível de trazer prejuízo à integridade da língua herdada desde a época dos descobrimentos no século XVI. Para compreender melhor esse debate, convém traçar seu histórico.

É na segunda metade do século XIX que o problema das influências das línguas africanas no português falado no Brasil é claramente enunciado. Cabe a Nina Rodrigues (*Os africanas no Brasil*, redigido entre 1890 e 1905, mas publicado somente em 1932) o mérito de tê-lo formulado de maneira precisa, mas também de tê-lo contextualizado em relação aos trabalhos científicos da época, particularmente os de Macedo Soares (1880-1886) e de João Ribeiro. Este último, em seu *Dicionário gramatical* (1897), no verbete *Elemento negro*, tinha-se já exprimido a respeito do assunto:

Sob a denominação de *Elemento Negro* designamos toda espécie de alterações produzidas na linguagem brasileira por influência das línguas africanas pelos escravos introduzidos no Brasil. Essas alterações não são tão superficiais como afirmam alguns estudiosos: ao contrário, são bastante profundas, não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma (1897: 219).

Rodrigues apóia-se nesse texto, mas acentua mais nitidamente suas implicações:

...não tem crédito a errônea suposição de que fosse quase nula a influência das línguas pretas no falar brasileiro, quando muito se limitando a legar ao português alguns termos africanos. Menos nessa riqueza de vocabulário do que nas construções sintáticas e modos de dizer, se deve buscar a origem de numerosos desvios populares brasileiros do genuíno português da velha metrópole (1932: 125).

E conclui com um verdadeiro programa de pesquisa a efetuar no Brasil:

A solução do problema linguístico no Brasil reclama, pois, a inversão dos termos em que geralmente o temos visto posto até hoje. Não se trata de conhecer a linguística africana pelo estudo aprofundado das línguas dos escravos importados. Cessado o tráfico, tornou-se isso quase inexecutável. Trata-se, em primeiro lugar, de saber quais foram as línguas africanas faladas no Brasil e, em segundo lugar, tomando conhecimento dos modernos estudos sobre elas realizados na África, apreçar a influência que exerceram sobre o português falado no Brasil (1932: 126).

Confessando, entretanto, com toda a honestidade, sua falta de preparo para abordar essa segunda parte, ele limita sua contribuição ao inventário das línguas africanas faladas no Brasil.

No século XX, o debate sofreu uma série de deslocamentos temáticos. Num primeiro momento, passou-se do problema da "língua brasileira" para o da "língua portuguesa". Num segundo, abandonou-se o tema da "influência africana" a fim de concentrar-se no da "crioulização". Finalmente, por volta do fim do século, sobretudo no Brasil, contestou-se a existência de um processo de crioulização e optou-se seja por uma "deriva trazida da Europa", seja por uma situação resultante de um emprego oral.

A língua brasileira vs. a língua portuguesa

A problemática da relação entre as línguas africanas e o português do Brasil (PB), no século XX, colocou-se desde os anos 30. Desde o começo, buscou-se evidenciar a participação daquelas na construção da variante brasileira do português. Esse debate desenvolveu-se em dois planos independentes, o linguístico e o ideológico, prolongando assim as preocupações nascidas por ocasião da independência do Brasil em 1822. Trata-se, na época, de marcar a diferença entre o Brasil e Portugal. A ideologia nacionalista orientou então os estudos linguísticos na direção da pesquisa dos elementos autóctones diferenciadores, engendrados pela presença das línguas indígenas e africanas. Os intelectuais da nova nação deveriam trabalhar na descoberta dessa especificidade e, a despeito do fato de que a maioria deles não era linguista ou estava pouco preparada para essa tarefa, seus trabalhos tiveram uma grande ressonância nos meios acadêmicos.

No que concerne às línguas africanas, como já se viu, podem-se distinguir dois momentos, que correspondem a dois tipos de análise: o primeiro é caracterizado pela afirmação da influência africana no PB, e o segundo, pela hipótese da crioulização do português do Brasil em contato com as línguas africanas.

Influência africana vs. crioulização

Dois textos, publicados em 1933, inauguraram o debate. O primeiro, *A influência africana no português do Brasil*, de Renana Mendonça, traça o itinerário da origem, banra ou sudanesa, dos africanos transplantados para o Brasil e apresenta uma exposição sumária da gramática das línguas africanas, assim como um inventário de palavras e de particularidades do português do Brasil que o autor considera de origem africana. O segundo, *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Jacques Raimundo, segue o mesmo esquema, baseando suas observações numa pesquisa mais precisa sobre as línguas africanas. Com exceção de algumas diferenças de detalhes de suas exposições, os dois concluem que a maior parte dos aspectos característicos do PB se deve à influência das línguas africanas, principalmente o quimbundo e o iorubá.

No final dos anos 30, a questão da denominação da língua nacional já fora esvaziada. A nova política da educação, no domínio da língua, considerava língua portuguesa a denominação da língua falada no Brasil. Como nota Pinto, "dentre as conseqüências da nova política educacional, de convergência de esforços públicos e privados, que no campo da língua consistia na sustentação da ortodoxia, porém mediante a renovação das metas, dos métodos e dos processos, ressalta o esvaziamento definitivo, ao fim do período 20-45, da velha questão da língua brasileira" (1981: XXXIX). A formação gramatical e literária dos antigos defensores da denominação língua brasileira, que freqüentemente apelavam para dados extralinguísticos a fim de explicar fatos de língua, deu lugar à formação propriamente linguística, que começou nos anos 30. Os trabalhos com caráter científico produzidos pelos novos pesquisadores sublinhavam a unidade cultural e linguística luso-brasileira, sendo a língua concebida como o reflexo e a expressão da cultura. Melo resume essa nova posição:

A verdade é que os elementos portugueses de nossa cultura foram elaborados, amalgamados com os elementos indígenas e negro-africanos, além das influências mais recentes de outros fatores. Mas é certo que o elemento português prevaleceu, dando *uma nota mais sensível de europeidade a nossa cultura* (sublinhado pelo autor) (1946: 29).

Nesse novo contexto, tomava-se obsoleto insistir sobre as diferenças resultantes das influências não europeias. O importante era fundar essa unidade linguística, expressa na fórmula *unidade na diversidade*.

Silva Neto (1950), Melo (1946) e Elia (1940), eruditos de sólida formação filológica, reexaminam a influência africana. Diminuem sua importância e introduzem no debate, a hipótese da crioulização, tema tratado pela primeira vez pelo português, Adolfo Coelho (1880), que classificou o PB com os crioulos afro-portugueses, definindo-os como dialetos do português europeu.

Silva Neto (1950) sustenta que no Brasil houve somente falares africanos episódicos, crioulos e semicrioulos, que eram apenas uma deformação e uma

simplicificação do português. Seus vestígios atuais são os dialetos rurais. Foi a ascensão social do mestiço que transformou o português padrão em ideal lingüístico e levou ao desaparecimento dos crioulos e semicrioulos.

Melo (1946) desenvolve um aspecto apenas levemente tocado por Silva Nero, a idéia de que aquilo que a presença africana faz é somente acelerar as tendências latentes da língua portuguesa. Inspirado pelo conceito de deriva de Sapir, Melo desqualifica os aspectos crioulistas que teriam um correlato românico ou pertenceriam a uma fase arcaica da língua, pois eles refletiriam o desenvolvimento ou a manutenção de um aspecto interior do português, independente de toda influência externa.

Silvio Elia (1979: 142-147) estabelece uma oposição conceitual entre crioulo e semicrioulo. Este seria um estágio preparatório para o crioulo, uma língua mista. Não teria havido crioulos no Brasil, somente semicrioulos, cuja característica era ser apenas uma simplificação da língua portuguesa. Como o português não integrou traços das línguas africanas, não sofreu influência delas; a situação de contato não produziu fusão de cultura, que seria ligada aos crioulos, ela simplesmente provocou a assimilação de uma cultura por outra, o que estaria ligado aos semicrioulos.

Castro (1976, 1980) repropõe a questão da influência em termos lingüísticos e culturais, partindo do princípio de que a presença maciça de falantes nativos de línguas negro-africanas na população brasileira da época da Colônia e do Império devia fatalmente deixar traços lingüísticos. Ela admite uma influência africana no português do Brasil, mas não o considera um crioulo, pois o português do Brasil é desprovido de traços formais suscetíveis de ser comparados aos crioulos falados nas antigas colônias inglesas, francesas e holandesas do Caribe.

Mais recentemente, lingüistas estrangeiros, os norte-americanos G. Guy (1981, 1989) e J. Holm (1987), reavivaram o debate sobre a hipótese de crioulistação do PB. Guy (1981, 1989), trabalhando no quadro da teoria variacionista, analisou as diferenças existentes entre o português popular do Brasil e o português padrão. Concluiu que essas distinções não se devem a uma evolução lingüística natural, mas mostram um processo de crioulistação que teria ocorrido no passado, deixando, entretanto, traços no presente. Suas conclusões baseiam-se em dados morfossintáticos, mais precisamente na variação da concordância de número entre sujeito e verbo e entre substantivo, adjetivo e determinante.

John Holm (1987), apoiando sua análise em dados comparativos de diferentes crioulos de base ibérica, considera o português do Brasil como um semicrioulo. Ele faz um estudo comparado das expressões idiomáticas do português vernacular brasileiro (PVB), "língua normalmente falada pelos brasileiros do estrato social mais baixo com pouca instrução" (1994: 51), e de línguas africanas e crioulos. Segundo o autor, essa prova léxico-semântica confirma as conclusões de seus estudos morfossintáticos *apresentados* e *estabelecida* de um paralelismo entre as expressões do PVB e das línguas

africanas "é consistente com o crescente consenso de que o PVB é um semicrioulo, ou seja, uma língua que resultou de um prolongado contato entre uma língua crioula e uma não-crioula" (1994: 59).

Guy e Holm encontram apoio para suas teses em dados sócio-históricos, mais precisamente demográficos. O Brasil absorveu aproximadamente 40% dos escravos transportados para as Américas, isto é, cerca de 3,6 milhões de indivíduos; a abolição no Brasil só ocorreu tardiamente, em 1888. Em certas regiões, houve concentrações demográficas afro-brasileiras bastante elevadas, de maneira que, em certos períodos, a população afro-brasileira era nitidamente superior à europeia.

Partindo da mesma posição teórica de Guy e Holm, Alan N. Baxter, especialista em crioulos de base portuguesa, conduz, em 1987/1988, uma pesquisa junto a uma comunidade afro-brasileira de descendentes de escravos, perto de Helvécia, no sul da Bahia, cuja particularidade já tinha sido observada por Ferreira (1969). Resultados preliminares desse trabalho (1992) evidenciam traços morfossintáticos que não se encontram na maior parte dos dialetos rurais: (i) o emprego das formas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo para indicar estrados e ações pontuais e contínuos que se situam no passado; (ii) o emprego variável das formas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo em contextos nos quais se utilizam normalmente as formas do infinitivo; (iii) marca variável da 1ª pessoa do singular; (iv) dupla negação; (v) variação da concordância de número e de gênero no SN; (vi) proposições relativas sem pronomes; (vii) presença variável do artigo definido no SN com referência definida.

Segundo Baxter, as conclusões desse estudo indicam que: (i) o dialeto de Helvécia apresenta traços que sugerem um processo irregular de aquisição e de transmissão de língua do tipo característico das línguas crioulas; (ii) o sistema verbal encontrado nos dialetos rurais do português do Brasil pode ser derivado de dialetos como o de Helvécia, desenhando assim um processo de descioulização. Para que essas conclusões possam contribuir para compreender a configuração e as tendências atuais da língua falada na zona rural brasileira, o autor preconiza a necessidade de pesquisar a existência e a extensão desses fatos em outras comunidades, situadas em outros pontos do território brasileiro. Esses estudos poderão assim explicar a distância que separa os dialetos rurais do português padrão e a orientação dos processos de mudança que se encontram na zona rural.

Contestação

Numa direção oposta à da crioulistação e à da influência das línguas africanas no português do Brasil, estabeleceu-se a argumentação de Naro. Em dois artigos (1973a; 1978), ele abordou a realidade histórica dos pídigins, formados, de seu ponto de vista, a partir de uma simplificação pelos falantes adultos da língua de base, com vistas a facilitar a comunicação com os falantes não nativos. Sua conclusão funda-se na

em Portugal. Esse caminho é discutível e mesmo fundamentalmente errado, como demonstrou a história da linguística do século XIX, quando os primeiros comparatistas, principalmente Friedrich Schlegel (1772-1829) e August Wilhelm Schlegel (1767-1845), utilizaram a tipologia como ponto de partida para o estabelecimento de um parentesco genérico, chegando assim, com base na estrutura morfológica, à famosa divisão tripartite das línguas: isolantes, aglutinantes e flexionais. Esses tipos refletiriam três estágios evolutivos das línguas e das famílias de línguas, sendo o último o mais elevado, o que a pesquisa ulterior desmentiu e também condenou. A mesma coisa aconteceu em relação às línguas africanas, ainda no século XIX, quando a classificação das línguas se fez essencialmente com base num critério estrutural único, a saber, a presença ou ausência de afixos de classes nominais. Por esse critério, o banto (conjunto das línguas de "prefixo nominal") constituía o tipo puro e, por isso, foi considerado por Lepsius (1880) como o "original africano" ou o "tipo original das línguas de classes" (Meinhof, 1889-1910), o que permitiu chegar a uma hierarquização (evidentemente errônea e sem fundamento) das outras línguas africanas em relação a ele, com o estabelecimento de um estágio "sembanto", intermediário, representado ora por línguas que ainda não tinham evoluído completamente na direção de um estágio inteiramente banto (Schleicher, 1891), ora por línguas que tinham perdido parcialmente os traços iniciais ainda preservados em banto (Torrond, 1891). Todas essas elucbrações mostram-se hoje sem qualquer fundamento pelo próprio fato de que elas se apóiam num procedimento inapropriado.

Tendo presente no espírito essas diversas interrogações, examinaremos primeiramente os dados históricos relativos às línguas africanas faladas em solo brasileiro e, em seguida, tentaremos fazer uma reflexão metodológica sobre as consequências de tal presença.

Línguas africanas: da África para o Brasil

As línguas do continente africano

Antes de tratar das línguas africanas faladas em território brasileiro, convém avaliar da maneira mais precisa possível, embora sucinta, a realidade linguística do continente africano, tal como ela se apresenta na atualidade. Esse continente é um espaço geográfico imenso. No plano linguístico, ele abriga sozinho quase um terço das línguas do mundo. Segundo o inventário estabelecido pelo *Ethnologue* (Gordon, 2005), as línguas africanas seriam mais de 2000 (2092 precisamente). Para além do número preciso exposto, o valor dessa enumeração é constituir uma espécie de estimativa suscetível de ser modificada por pesquisas suplementares.

O conjunto dessas línguas, conforme os últimos estudos, reparte-se em quatro grandes troncos ou filios: o nigero-congolés (Niger-congo) (1495 línguas), o afro-asiático (Afro-asiático) (353 línguas), o nilo-saariano (Nilo-saharian) (197 línguas) e o coissan (Khoisan) (22 línguas). Essa repartição, proposta e sistematizada por J. H. Greenberg nos anos 1950-1963, foi adotada, mais tarde, pela grande maioria dos linguistas africanistas, com algumas revisões concernentes à reorganização interna de cada tronco. Eis, sucintamente, os principais dados recentes de cada um deles.

Nigero-congolés (1495 línguas)

O termo nigero-congolés substituiu o antigo termo nigero-cordofanés proposto inicialmente por J. H. Greenberg (1966 [1963]). Esse tronco é geograficamente o mais extenso, cobrindo praticamente toda a área que vai do oeste ao leste, do Senegal até o Quênia e, ao sul, até a Cidade do Cabo na África do Sul, com exceção de um pequeno espaço da África Austral ocupado pelas línguas coissan. Ele é constituído de nove famílias linguísticas (em minúsculas em itálico suas línguas principais) apresentadas aqui em ordem geográfica, além do dogon, língua isolada: *atlântica*: *fula*, *wolof*; *manjaco*, *balanta*; *mande*; *bambara*, *maninka*, *ditla*; *gur*, *senfó*, *moore*; e subfamília *gurrani*; *brv*: *grebo*, *beté*, *caté*; *baulé*, *eve*, *fon* e subgrupo *gbe*; *yijide*; *yjö*; *bené-congolésa*; *adamaua-ubanguiana*; *banda*; *ingbandi*; *gbaia*; *cordofanesa*.

A família bené-congolésa é a mais vasta geograficamente e também a mais importante pelo número de suas línguas e de seus falantes. Ela subdivide-se, por sua vez, em onze subfamílias, das quais dez são situadas principalmente na Nigéria: *defoidé*; *iorubá*; *igala*; *edoidé*; *edo*, *urbo*; *nupóide*; *nupe*, *ibira*, *gutri*; *idomóide*; *idoma*, *igede*; *ibóide*; *ibó*; *cross-river*; *efyque*; *ibíbia*; *ogoni*; *canji*; *cambari*; *platóide*; *beroni*; *tarocóide*; *juunóide*. A décima-primeira subfamília é a bantóide, que se subdivide em dois ramos: bantóide do norte, com línguas faladas na parte leste da Nigéria e oeste de Camarões, e bantóide do sul, extremamente vasta, com diversos subgrupos, *ecóide*, *tióide*, *grassfields*, sendo o principal o banto propriamente dito, constituído de centenas de línguas distribuídas numa imensa área geográfica que vai do sudeste da Nigéria e do Chade até a ponta sul da África.

A classificação tradicional do conjunto das línguas bantas foi estabelecida por M. Guthrie nos anos 70. Guarda ainda um interesse prático. É baseada em zonas geolinguísticas, designadas por letras do alfabeto (A, B, C...), subdivididas cada uma por dezenas segundo o grupo de línguas. A título de exemplo, do norte para o sul e do oeste para o leste, os principais grupos linguísticos são assim classificados: A. 20 *duala*; B. 70 *teque*; C. 70 *tezela*; D. 60 *ruanda-rundi*; E. 50 *quicinto-cambar*; F. 10 *sucuma-niamuzé*; G. 40 *suáli*; H. 10 *congo*; H. 20 *quimbundo*; H. 30 *taca-holo*; K. 10 *chócae*; L. 10 *pende*; L. 30 *liba*; L. 50 *banda*; M. 30 *conde*; M. 40 *bemba*; N. 30 *niangya*; P. 30 *macua*; R. 10 *umbundo*; R. 20 *cuatiana*, *indongi*; R. 30 *herero*; S. 10 *chona*; S. 30 *soto-tsuaia*; S. 40 *inguni*; *cosa*, *zulu*; S. 50 *tsua-ronga*.

Deve-se notar que a classificação recente do *banto* propriamente dito difere daquela encontrada nas classificações antigas. Enquanto, até os anos 50, esse conjunto de línguas tinha sido tratado como uma família plena e separada, e muitas vezes como "a família" de referência, exercendo, aos olhos de alguns, o papel de representante-tipo do "original africano", a classificação linguística considera-o hoje, a despeito do número impressionante de suas línguas e de seus falantes, como um membro do subgrupo *bantóide do Sul*, pertencente à subfamília *bantóide*, que se insere na família *beruê-congolésa*, que é uma porção do tronco nigero-congolés. Essa classificação não diminui em nada sua importância no plano linguístico.

Consideradas certas tradições que se encontram ainda, às vezes, nos escritos de vulgarização, convém lembrar que todos esses termos (*nigero-congolés*, *atlântico*, *mandá, gur, caú, beru...* *bantóide*, *banto...*), que designam troncos, famílias, subfamílias, grupos e subgrupos, são termos puramente "linguísticos", válidos no quadro dessa disciplina. Foram concebidos por profissionais como etiquetas que permitem reagrupar, da maneira mais coerente possível, línguas distintas umas das outras. Foram forjados essencialmente como termos "operatórios" para a pesquisa linguística permitindo operar reagrupamentos de línguas, numa perspectiva seja "tipológica", seja "genética". É, por isso, que sua criação geralmente pode ser datada. Sua existência ou sua pertinência podem, por essa razão, ser questionadas, a todo momento, em face de novos dados, ou ainda em virtude de perspectivas científicas diferentes ou renovadas. É esse contexto linguístico que dá valor científico a seu emprego.

Ocorre, porém, que alguns desses termos são tomados de empréstimo por outras disciplinas e utilizados em contextos outros que não o linguístico, para designar, por exemplo, realidades extralinguísticas, tais como povos, culturas, religiões, filosofias, etc. Fora de seu contexto linguístico original, seu sentido não coincide mais com aquele delimitado pela pesquisa linguística. Seria então ilusório, senão abusivo, pretender fundamentar uma argumentação de tipo extralinguístico em bases pretensamente linguísticas.

Tomem-se o caso do termo *banto*. Até o ano de 1862, ele não servia, nem na África nem alhures, no Brasil inclusive, de modo algum, para designar uma língua ou um grupo de línguas. Nas línguas africanas em que ele aparecia, seu sentido era simplesmente o de "pessoas", "homens", resultante da junção do prefixo /ba-/ "plural": "eles, elas" e do radical /-nu/ ou /-ntu/ "pessoa" = "pessoas, seres humanos". Sua forma podia, aliás, variar segundo as línguas: *banto* (quicongo); *wantú* (quissicongo); *antú* (quimbundo); *watu* (suáli), etc. Como termo técnico da Linguística, foi empregado pela primeira vez por W. H. I. Bleek, em 1862, para designar uma família de línguas que se caracteriza pelo emprego do prefixo /ba-/ no plural, reiomando assim o que fizera antes dele o grande explorador H. Barth, que tinha proposto já o termo *ba-languages*. Nessa época, entretanto, para W. H. I. Bleek, o termo *banto* tinha um sentido mais amplo do que o atual, incluindo também línguas da África ocidental de hoje:

Membros dessa família, que chamamos a família 'Bá-ntu', estão também distribuídos em partes do oeste da África, até o oeste de Serra Leoa... Eles estão aqui intercalados particularmente com membros das línguas da família *gôr* (fula, uolofé, ga, etc.), que pertence à mesma classe de línguas que a família 'Bá-ntu' e forma com ela a seção africana dessa classe...

que ele denomina "a classe prefixo-*ptonominal*" (Bleek, 1862/69: 2). Assim, a definição do termo *banto* correspondia mais ou menos ao que os linguistas de hoje designam com o termo *nigero-congolés*. Foi mais tarde que o termo *banto* foi restringido e reservado para as línguas da parte sul da África. Em conclusão, como termo da Linguística, o vocábulo *banto* é bastante recente. Como tal, no plano histórico, ele nada tem a ver com a história da escravidão.

Afro-asiático (353 línguas)

O termo afro-asiático, criado por J. Greenberg, substitui o termo mais antigo *amito-sentico*, para designar línguas atestadas desde os primeiros documentos escritos da história da humanidade há mais de cinco milênios e repartidas sobre vasto território, que vai, a oeste, do oceano Atlântico, na África do Norte, passando pela zona saeliana, até o Oriente Próximo, a leste do continente africano. Sua classificação interna atual é constituída de seis famílias: *ibico-berbere*; *suaregue*; *berbere*; *chadiana*; *hauçá*; *cuchítica*; *beja*; *afar*; *oromo*; *somali*; *omótica*; *egípcio-copta antigo egípcio*; *copta*; *semítica*; *hebraico*; *árabe*, cuja divisão concernente ao continente africano é representada pelo afro-sentico (ou *etiope-sentico*), que compreende uma parte norte: *guzes*; *tigré*, *tigrina*, e uma parte sul: *amânico*; *gurague*. Dessas famílias, a *chadiana* é a subfamília que engloba o maior número de línguas (perto de 200), das quais o *hauçá* sozinho conta com mais de 50 milhões de falantes.

Nilo-saquirano (197 línguas)

O tronco *nilo-saquirano* estende-se do Mali à Etiópia e do Egito à Tanzânia e tem, segundo estimativas, entre 90 e 180 línguas, que são faladas por grupos humanos extremamente variados. O próprio estatuto de tronco continua um tema controverso, porque a questão que se coloca em relação a ele é a de saber se se trata realmente de um tronco no sentido genético ou de uma justaposição de grupos não aparentados. Baseada na classificação de Greenberg, a ordenação atual propõe os seguintes grupos: *songai*; *songai* e suas variantes dialetais *denti* e *zarma*, nos confins do Níger, de Burkina-Fasso e do Mali; *sauriano*; *canti*; *reda*; *zagawa*, no oeste e no norte do lago Chade (Níger e Nigéria); *maban*; *maban*; *aiqui*, nos confins do Chade e do Sudão; *fur*, no leste do Sudão, Darfur; *sudanês central*; *sar*; *imbai*; *ingambai* no Chade meridional e no sudoeste do Sudão e *lugbara*; *indo*; *mangbetu* no nordeste da República Democrática do Congo (ex-Zaire) e no norte de Uganda; línguas *nilóticas*: *luo*; *dinka*; *muer*; *lango*; *acoli*; *massai*, faladas no Sudão meridional, em Uganda, no leste do Quênia e no norte da Tanzânia.

Coisson (22 línguas)

As línguas *coissan* são atualmente faladas em Botsuana e na Namíbia, mas a maioria delas desapareceu ou está em via de desaparecimento. Alguns enclaves existem no norte da África do Sul, no sul de Angola e em Zâmbia. Também há duas línguas isoladas (*hadza*, *sandawe*) na Tanzânia. A classificação de Greenberg (1963) subdivide a família *Coissan* em três ramos: Norte, Centro e Sul. Entretanto, coloca-se em relação a ela a questão de saber se se trata de uma família linguística ou de um conjunto de línguas que convergiram. As línguas *coissan* são frequentemente conhecidas como línguas de cliques.

Línguas africanas do tráfico e línguas dos cativos

Desse vasto conjunto de línguas africanas, quais são as que foram atingidas pela escravidão? Além disso, quais são as que atravessaram o Atlântico e chegaram ao Brasil? Enfim, que línguas africanas foram realmente faladas em território brasileiro? Para responder a essas questões, convém inicialmente operar uma distinção entre, de um lado, as línguas faladas pelos cativos africanos no continente africano, antes de atravessar o Atlântico com destino ao Brasil; de outro, as línguas faladas por esses mesmos cativos, uma vez tendo chegado ao solo brasileiro, isto é, como escravos negros brasileiros. As duas realidades não coincidem necessariamente.

É preciso apoiar-se em dados históricos do tráfico, sobretudo aqueles relativos ao comércio desenvolvido entre os dois lados do Atlântico, porque o tipo de tráfico e de comércio praticados pelos portugueses seguramente favoreceu certa seleção das línguas africanas atingidas pelo tráfico e modificou o estrato linguístico de algumas delas.

Os ciclos do tráfico

A transplantação das línguas africanas para o Brasil foi concomitante à importação dos escravos africanos, que começou em terras brasileiras, na metade do século XVI e prosseguiu até o século XIX. Ela fluiu segundo os diversos ciclos que a caracterizaram.

Distinguem-se habitualmente (Viana Filho, L. 1946: 28; Martoso, 1979: 22) quatro grandes ciclos de importação de escravos para o Brasil:

- (i) no século XVI, o ciclo da Guiné, sendo os escravos principalmente sudaneses, originários da África situada ao norte do equador;
- (ii) no século XVII, o ciclo do Congo e de Angola, que trouxe ao Brasil negros da zona banta;
- (iii) no século XVIII, o ciclo da costa de Mina, que atingiu de novo negros sudaneses. A partir da metade do século XVIII, esse ciclo desdobrar-se-á num ciclo propriamente banto: o ciclo da baía do Benim;
- (iv) no século XIX, os escravos vieram um pouco de cada lugar, mas com predominância de negros vindos de Angola e de Moçambique.

Essa repartição em ciclos só é válida em suas grandes linhas, porque o fim de um ciclo não estranca totalmente a chegada de homens negros vindos da região do ciclo precedente e, ademais, a metrópole portuguesa teve sempre a política de misturar as diferentes etnias para impedir a concentração de africanos de mesma origem numa mesma região.

As razões econômicas ligadas a esses ciclos de importação são: nos séculos XVI e XVII, a cultura da cana de açúcar e do fumo; no século XVIII, a exploração das minas de ouro e de diamantes, mas também a cultura do algodão, do arroz e a colheita de especiarias; no século XIX, a cultura do café.

Com efeito, foi esse liame estreito entre ciclos de importação de escravos e razões econômicas que regulou o tráfico tanto no tempo quanto no espaço, adaptando-o aos lugares e aos acontecimentos. Onde o caráter fluido e evolutivo de cada ciclo, fundamentado essencialmente numa realidade humana mutável, em função da identidade étnica dos falantes, de seu número, mas também de suas línguas. Ademais, a fisionomia de cada ciclo difere em função dos principais atores: o tipo de tráfico praticado pelos portugueses é sensivelmente diferente daquele dos holandeses ou dos franceses da mesma época.

O tráfico do lado dos portugueses

Para melhor apreender, ao mesmo tempo, a identidade dos escravos e das línguas atingidas pelo tráfico, é preciso ter presentes ao espírito os principais fatores e acontecimentos históricos que caracterizaram o tipo de tráfico praticado em direção do Brasil.

Façamos um resumo. Durante todo o século XVI, os portugueses detinham o monopólio do tráfico, desde o porto de Arguim, as ilhas de Cabo Verde, até o forte de São Jorge de Mina (até 1637), passando pela ilha de São Tomé, acima do equador. Esta será para os portugueses o primeiro grande centro de distribuição de escravos levados do continente. Depois, nos séculos XVII e XVIII, será Angola que exercerá esse papel centralizador, por intermédio de dois reinos negros, que prosperarão entre 1670 e 1750: um ao sul, denominado Benguela; outro ao norte, chamado Ndongo — donde o título *ngola*, exclusivo dos chefes desse reino, que servirá para forjar o termo Angola para designar em seguida o conjunto do país — que será o grande reservatório de homens negros para o tráfico brasileiro (Martoso, 1979: 26). Durante esse período, a iniciativa privada encarregar-se-á progressivamente do tráfico, havendo, no século XVIII, companhias domiciliadas no Brasil, cuja importância, dinamismo e flexibilidade levarão a estabelecer um comércio direto entre o Brasil e a África, evitando, assim, a etapa europeia e subtraindo-o, por causa disso, do esquema clássico do comércio triangular que os outros países colonizadores conhecem. Essa nova política nasceu na sequência da iniciativa brasileira de Salvador Correia de Sá e Benavides (1602-1686) de reconquistar Angola, pela expulsão dos holandeses do porto de Luanda, em 1648. Na realidade, no entanto, desde 1559, os portugueses estabelecidos no Brasil encarregaram-se de aprovisionar de mão-de-obra negra suas terras brasileiras (Boxer, 1973: 236-254).

Para além dessas grandes linhas históricas, é útil sublinhar alguns outros pontos-chave que permitem apreender melhor a especificidade do tráfico praticado nos séculos XVII e XVIII, na zona costeira da África que vai do sul do atual Gabão até a atual Angola, e que interessa de perto o Brasil.

O primeiro ponto concerne ao papel inicial da ilha de São Tomé. Colonos portugueses nela instalaram-se a partir de 1485 e aí desenvolveram a cultura de cana de açúcar, tendo como corolário uma necessidade crescente de mão-de-obra para as plantações. Desde 1500 seus habitantes receberam do rei de Portugal o privilégio de comerciar em toda a costa, desde o Golfo da Guiné até o reino do Congo. Eles foram os primeiros a organizar o tráfico no Congo, que só começará realmente depois de 1510. Desde a primeira metade do século XVI, eles praticavam um comércio de cabotagem ao longo das costas do Golfo da Guiné, vendendo num porto os escravos comprados em outro. De outro lado, na mesma época, eles comerciavam regularmente com Angola. Aliás, é o comércio entre São Tomé e Luanda que permitirá ao rei do Ndongo (Angola), por volta do primeiro quartel do século XVI, libertar-se completamente de seus laços de vassalagem com o reino do Congo e aproximar-se finalmente de Luanda. Seu exemplo será imitado, em seguida, pelas populações periféricas e marítimas do reino do Congo. Elas libertar-se-ão pouco a pouco de seu domínio e acabarão por se transformar, de antigos vassallos, em estados que faziam correagem e serviam, assim, de intermediários para os europeus no comércio com o interior em razão de sua situação privilegiada de habitantes da costa. Foi o caso de Loango e de Soio no século XVII. Esses estados acabam por enfraquecer o reino do Congo, que declinará paulatinamente e acabará por desaparecer no fim do século XVII, depois da batalha de Ambuíla (1665), um reino então desagregado, mas também despovoado pelo tráfico (Randles, 1968: 130-132).

Mais tarde, esses estados comerciantes conhecerão um desenvolvimento. Nos séculos XVIII e XIX, seu número crescerá e seu papel será formar um anteparo para os negociantes europeus (que raramente se afastavam de seus barcos para além da praia) e os dois novos impérios do interior: o reino Bateque do Múecoco, situado ao norte do reino do Congo, e o império Lunda do Muatazanvo, situado a leste, para além do rio Cuango.

Para a história da escravidão no Brasil, convém lembrar os nomes dos principais estados corretores: a) os da costa: Loango, reino independente desde 1587; os holandeses aí praticaram o tráfico a partir de 1637; Cacongo (porto: Malemba) e Angoi (porto: Cabinda), independentes desde 1637, onde o tráfico será florescente até a primeira metade do século XIX; Soio (porto: Minda), independente desde 1648, com comércio mantido pelos holandeses; Mussul (porto: Ambriz), independente no século XVIII, com comércio sustentado pelos ingleses; b) os do interior, na fronteira oriental da colônia portuguesa de Angola: Maramba e Caganje (Randles, 1968: 197-201).

Quanto à ocupação do território pelos portugueses, é preciso sublinhar que a antiga Angola, dominada pelos portugueses entre 1575 e 1880, limitava-se a uma estreita

faixa de terra entre os rios Bengo e Cuanza, estendendo-se para o interior por cerca de 300 km. Benguela era um território separado e apenas foi englobado na nova Angola no final do século XIX. A penetração fez-se progressivamente: Luanda (1575), Ambaca (1616), Pungo Andongo (1671), Malange (1838), depois Caganje (1870), cujo reino fora fundado no primeiro quartel do século XVII pelos jagas (Randles, 1968: 212-219).

O tipo de tráfico mudou também. No início, empreenderam-se guerras contra os negros sem a menor provocação, com a única finalidade de capturar escravos. Depois elas foram substituídas, no primeiro quartel do século XVII, por um comércio dito "pacífico", embora muitas vezes feito com a ajuda de meios coercitivos. Esse comércio estava nas mãos dos brancos instalados em Luanda, que confiavam as mercadorias aos *pombeiros*, mercadores itinerantes negros ou mestiços. No interior, ele era supervisionado por agentes oficiais do governo de Luanda (*capitães-mores*). Caganje era considerado o principal mercado de todo o interior.

As rotas comerciais eram as seguintes: a primeira, em seguida à descoberta de Diogo Cão, ligava a costa a São Salvador, capital do reino do Congo. Ela foi prolongada após 1590 até as vizinhanças do reino de Bateque, nos arredores de Stanley Pool, que se tornará um dos principais viveiros do tráfico. Nesse entretanto, Luanda começará, desde 1548, a exercer um papel como porto de exportação de escravos. No fim do século XVI, duas novas rotas vão ser criadas a partir de Stanley Pool: uma ligando diretamente esta cidade a Luanda (Pumbo-Luanda) e outra a Loango (Pumbo-Loango). Paralelamente, um comércio de cabotagem era praticado pelos portugueses entre Luanda e Loango. Depois da ocupação holandesa de Angola (1649), outras rotas substituíam o caminho Luanda-Stanley Pool: Luanda-Ambuíla (1649), Luanda-Maramba (1660) e Luanda-Caganje (1658), a mais importante até o século XIX. Entretanto, um fato novo produziu-se em seguida: Caganje e Maramba, que eram, sobretudo, caçadores de escravos durante a segunda metade do século XVII, transformaram-se por sua vez em estados comerciantes, gerindo assim o fluxo de escravos provenientes do império de Lunda, situado para além do rio Cuango, o que lhe permitia não somente controlar o tráfico de escravos, mas também extorquir os que o faziam. Segundo Birmingham (1996: 152), os lundas teriam então respondido, estabelecendo um contato através do Congo com os portos do Norte, o que explicaria a longa crise de exportação de escravos do porto de Luanda no decorrer do século XVIII. Será apenas no início do século XIX que o tráfico conhecerá de novo um grande impulso (Randles, 1968: 173-174, 219-223).

Naturalmente, os dados supracitados demandam ser completados por aqueles relacionados ao ciclo da costa de Mina, que atingiu novamente, no século XVIII, os negros ditos sudaneses e particularmente, embora não exclusivamente, os africanos de uma zona da costa que atualmente compreende os seguintes países: Gana, Togo, Benin e Nigéria.

Línguas africanas do tráfico

Pode-se, agora, tentar uma estimativa das línguas concernentes ao tráfico. Consideradas as regiões de origem dos escravos, seu número parece reduzido em relação à quantidade total de línguas inventariadas recentemente na África. Há uma explicação para isso. Até o fim do século XVIII, o interior da África permanecia praticamente desconhecido, pois os europeus só frequentavam as costas em razão dos numerosos obstáculos naturais que tornavam difíceis os deslocamentos para o interior tanto por via aquática quanto por via terrestre.

Levando-se em conta esses limites geográficos, ainda assim o número real de línguas atingidas pelo tráfico é significativo. Elas repartem-se basicamente em duas áreas de proveniência:

a) a área oeste-africana, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversificadas:

- atlântica: fula (fulfulde), volofe, manjaco, balanta;*
- mandê (sobretudo, o mandinga): bambara, maninca, diúla;*
- gur: subfamília gurlunsi;*
- cuá (subgrupo gbe): eve, fon, gen, aja (designadas pelo termo *jeje* no Brasil);*
- yoide: ijo;*
- benê-congolasa:*

- defoide: falares iorubás designados no Brasil pelo termo *nagô-queerô*;*
- edóide: edo;*
- nupóide: nupe (zapá);*
- ibóide: ibo;*
- cross-River: efique, ibíbio;*

afro-asiático: chádica: hauci;
nilo-sariano: sariana: caniri.

b) a área austral, essencialmente do subgrupo *banto* — limitada à costa oeste (antais repúblicas do Congo, República Democrática do Congo e Angola) e somente mais tarde estendendo-se à costa leste (Moçambique) —; caracterizada por um número muito reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas faladas pelo maior número de cativos:

H. 10 *congo (quiongo): quissolongo, quissicongo (quissangala), quizomba, quissundi* (falada pelos bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quintli, iúio* (fiore), *quionbe* (faladas em Cabinda e em Loango);

H. 20 *quimbundo* (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo), *quissama, quinlongo*;

H. 30 *iaca-holo: iaca, imbangala, chinji;*

K. 10 *chócker, wárácke, achinganguela, chissicani, luena (luvale);*

L. 30 *luba: chiluba-cassai (lulua);*

L. 50 *lunda: chilunda, urwunda;*

P. 30 *macua: omacui;*

R. 10 *umbundo* (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em

Angola): *umbundo, olunianca;*

R. 20 *cuaniama, indonga: ochicuaniana, cuambi;*

R. 30 *herero: ochibhero.*

Os cativos e suas línguas

Mas que dizer a respeito dos próprios falantes, a saber, dos cativos africanos? Evidentemente, é muito difícil responder tal questão. Entretanto, algumas luzes podem emergir, quando se consideram as modalidades de tráfico praticado pelos portugueses em Angola. Embora geográfica e historicamente circunscritas, são essas mesmas modalidades que prevaleceram no comércio direto de Angola com o Brasil.

Desde o início, o tráfico era essencialmente um comércio a longa distância, pois ele exigia estabelecer, primeiramente, trocas com regiões afastadas, tanto mais que habitualmente os escravos vendidos nos portos dos estados comerciantes provinham de outras etnias. Era o *pombreiro* que se encarregava de viajar pelo interior para trocar mercadorias (feicidos ou outros objetos) por escravos, mas também por marfim.

Retornando, os escravos eram destinados a ser exportados ou a ser utilizados na costa a serviço dos habitantes do estado correitor. As exportações faziam-se por três pontos principais: da região ao norte do rio Congo (ex-Zaire), por Loango e pelos portos vizinhos de Malamba e Cabinda; do Congo, pelo porto de Pinda na foz do rio; de Angola, por Luanda (Randles, 1968: 177). A esses portos, é preciso acrescentar também o de Benguela.

Esse tipo de comércio levou a criar, nos lugares de embarque, entrepostos de cativos, cada vez mais permanentes, fixos e organizados. No mais das vezes, meses eram necessários para completar a carga de um navio. No Congo, em Angola, em Benguela, os portugueses privilegiaram o "depósito fixo" (*barratão*), instalação onde empregados permanentes dispunham de tempo para reunir um grande número de cativos e entregá-los juntos aos negreiros. Os cativos, geralmente enfaquecidos pela viagem do interior para a costa, recebiam aí cuidados especiais antes de ser embarcados e, se a partida demorasse, eles trabalhavam a terra para dela retirar os mantimentos necessários para sua alimentação (Boxer, 1973: 243). Uma variante desse sistema, utilizada em Angola pelos portugueses, consistia em estabelecer um depósito de cativos não em terra firme, mas num grande navio permanentemente ancorado num porto, a fim de tornar um grande número de cativos menos vulnerável aos ataques exteriores.

Essa organização particular do tráfico, diretamente orientado para o mercado brasileiro, criou as condições linguísticas favoráveis à emergência de uma nova situação

linguística para os cativos, transitória, é verdade, mas que pôde influir, por sua duração e sua renovação regular, naquela que ocorrerá em seguida no Brasil. Essa situação caracteriza-se por uma concentração forçada e prolongada de falantes de línguas africanas diferentes, mas tipologicamente próximas, o que pôde conduzir, no caso de Angola, à adoção do *quimbundo* como língua veicular, falada em Luanda e ao longo do rio Cuanza até sua foz; no mesmo período, deu-se um contato igualmente forçado e prolongado com a língua portuguesa, falada no interior primeiramente pelos pombeiros (recrutadores de cativos) e, em seguida, na costa africana pelos negreiros brasileiros, que eram às vezes seus futuros senhores. Não se pode esquecer, ademais, o período da viagem marítima, que se passava nos porões dos navios e que durava aproximadamente trinta e cinco dias de Luanda a Recife, quarenta, até Salvador e dois meses, até o Rio de Janeiro.

Em Angola e provavelmente no Brasil, a língua portuguesa da época já integrara, em sua variante local, um número importante de termos africanos, de que dão testemunho os escritos desse período: 87 termos em 1622-1635 (*Colectânea documental de Fernão de Sousa*), 160, em 1680 (Oliveira de Cadornega), mais de 400 termos atestados na edição italiana da narrativa de Carvazi (1687). Vários cativos estavam já familiarizados com o português falado em Angola ou eram seus falantes.

Paralelamente, para os escravos que continuavam a transitar pela ilha de São Tomé, ocorria um contato prolongado com o falar da ilha, um crioulo de base portuguesa, que levava o nome do lugar onde era falado (hoje é a língua oficial de São Tomé). Aliás, é nessa ilha que nasceu um *pidgin* original, o *angolar*, empregado pelos descendentes de antigos escravos de origem angolana cujo navio encalhara na ilha em razão de um naufrágio, quando ele estava navegando para as Américas.

A primeira experiência linguística dos cativos originários da área banta foi, assim, a de um plurilinguismo forçado e concentracionário, que resultou, antes mesmo de sua partida para o Brasil, no provável emprego de uma língua veicular africana (o *quimbundo*) e numa certa familiaridade com a língua de seus futuros senhores. Isso terá como consequência o fato de que, para numerosíssimos escravos negros brasileiros, originários de Angola, o plurilinguismo brasileiro — línguas africanas transplantadas, línguas portuguesa, dos senhores — com que serão confrontados não será vivido como uma experiência primeira e inédita. Num e noutro caso, tratar-se-á, pelo menos, do já "ouvido", o que pode explicar, ao mesmo tempo, a adoção de uma língua veicular africana e, em certos casos, o emprego imediato da língua falada pelos senhores.

As línguas dos escravos no Brasil

Que sabemos de fato das línguas faladas pelos escravos no Brasil? Há testemunhos escritos sobre elas?

Antes de responder a essas questões, duas considerações impõem-se. A primeira é de ordem metodológica. Como já se afirmou na primeira parte a propósito do histórico dos debates sobre a relação entre línguas africanas e língua portuguesa, privilegiar-se-á sempre um procedimento científico que se apoie sobre fatos, isto é, dados realmente atestados e historicamente datados. São esses dados e não hipóteses que devem servir de suporte à argumentação e à interpretação. As hipóteses nada comprovam.

A segunda reflexão diz respeito às línguas africanas que foram trazidas da África para o Brasil. Qualquer que seja sua identidade e sua antiguidade, trata-se sempre de línguas desenraizadas de seu nicho ecológico, submetidas, além disso, ao perigo de diversas rupturas. Daí decorre seu estado de degradação. A ruptura semântica foi, sem dúvida, a que mais se sentiu: para os africanos deslocados, o sentido das palavras tornou-se brutalmente obsoleto ou passou a "girar em falso", porque elas não refletiam mais a realidade africana, mas, ao mesmo tempo, ainda não tinham apoio na nova realidade, constituída de noções diferentes e de denominações novas (plantas, farmacopéia, caça, animais, novas técnicas e novos produtos de consumo). A outra ruptura foi de ordem dialógica, pois essas mesmas línguas foram confrontadas com contatos linguísticos inabituais: novas línguas convivendo no mesmo espaço (outras línguas africanas decorrentes do tráfico, línguas americanas, língua portuguesa falada pelos senhores), sem esquecer a perda de seu valor identitário consecutivo ao nivelamento da língua resultante do desaparecimento das variantes dialetais.

Malgrado a escassez bem compreensível de documentos escritos, em razão da situação histórica inteiramente nova e da ausência de estaranço social reconhecido dos escravos, há alguns documentos, que podem servir de índices e também de balizas para esboçar a história da presença de línguas africanas na situação linguística decorrente da escravidão. Cronologicamente, pode-se ter em conta os seguintes documentos:

Século XVII: quimbundo falado no Brasil, gramatizado em Salvador da Bahia

O primeiro documento escrito data do fim do século. Tinha o título de *Arte da língua de Angola* e seu autor foi Pedro Dias, sacerdote jesuíta. Foi redigido no Brasil, mas publicado em Lisboa com as seguintes informações catalográficas: *Arte da língua de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosário, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Pedro Dias da Companhia de Jesu*. Lisboa, na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Com todas as licenças necessárias. Anno 1697. 48 p.

Esse documento é um real acontecimento linguístico (Bonvini, 1996). Ele é, primeiramente, uma prova histórica do emprego de uma língua africana no Brasil no século XVII. Permite, em seguida, descobrir a política linguística estabelecida pelos jesuítas. Tem, sobretudo, uma importância significativa no plano linguístico, de três

pontos de vista: é objetivamente a primeira descrição gramatical do quimbundo, redigida, além disso, a partir de dados recolhidos no próprio Brasil; contém, em seu texto, observações que permitem mostrar o olhar que um falante do português dessa época lançava sobre uma língua africana tipologicamente diferente da sua; é enfim o testemunho do português utilizado no século XVII no Brasil, nos meios cultos.

Por sua importância e pelo próprio fato de que ele é praticamente ignorado no Brasil, convém demorar um pouco sobre a história e o conteúdo desse texto.

Ciemos, inicialmente, as informações dadas sobre ele e seu autor pelo historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Padre Serafim Leite, S. J. (Leite, 1947: 9-11):

Pedro Dias, português, nasceu em 1622 na Vila de Gouveria. Foi menino para o Brasil e entrou na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, com 19 anos de idade, a 13 de julho de 1641.

Versado *non medicarier* em Direito Civil e Canônico e em Medicina. Assinalou-se como homem de extrema caridade para com os pobres e pretos de África, a cujo serviço colocou os seus conhecimentos médicos e os curava pelos próprios meios e com remédios por ele mesmo manipulados. Levado por este amor aos escravos, e para mais facilmente os tratar, aprendeu à língua de Angola (não se diz quando: já sabia em 1663) e escreveu a *Gramática* da mesma língua para que outros a aprendessem.

Quando faleceu na Baía, a 25 de janeiro de 1700, os negros correram em multidão à Igreja do Colégio e teve o que hoje talvez diríamos funerais nacionais (p. 9-10).

Em seguida, ele lembra que:

...no breve Cat. *Scriptores Provinciae Brasiliensis*, onde se lê que a *Arte* foi escrita para uso dos Padres da Companhia no Brasil, que se ocupam na conversão dos pretos trazidos de Angola (p. 10).

Termina pelo conteúdo de uma carta do próprio autor, "Carta do Pe. Pedro Dias ao Pe. Geral Tirso Gonzales, da Baía, 3 de Agosto de 1694":

Diz que concluiu a *Arte da lingua de Angola*, movido pela necessidade espiritual em que jazem os angolanos. Compô-la segundo as regras da gramática e foi revista e aprovada pelo P. Miguel Cardoso, natural de Angola, muito versado nessa língua, e a manda agora Provincial para se imprimir, pedindo ao Geral a indispensável licença. Está à espera dela muitos novos e até velhos, que trabalham com estes miserabilíssimos e ignorantíssimos homens, e não se acha nenhuma Gramática desta língua, nem no Brasil nem no Reino de Angola. Tinha também começado um *Vocabulário Português-Angolano*; e logo que o concluir vai compor o *Vocabulário Angolano-Português*. Assim se acabará a dificuldade em aprender esta língua (p. 10).

Esse testemunho do Padre Serafim Leite constitui, por assim dizer, a prova externa de que essa primeira gramática foi redigida no Brasil. Entretanto, uma prova interna surge da análise do próprio texto. Já o próprio título dessa gramática é insólito em relação aos títulos habituais dos trabalhos da época consagrados às línguas africanas, realizados fora do Brasil. Em troca, esse título é facilmente compreendido, se é colocado *num contexto brasileiro, pois revela, embora parcialmente, o título do livro do "P. Bosscha de Ambiera da Companhia de Jesu" consagrado à língua tupi, língua veicular*

na época. *Arte de gramatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, escrito um século antes (1595). Em seguida, o subtítulo: *oferecida a Virgem Senhora N. da Rosario, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos*, em que o emprego de "mesmos" seria redundante se tivesse sido redigido em Angola. Enfim, a nota na parte inferior da capa: *Com todas as licenças necessarias*. Entre esses, os três primeiros imprimátures foram dados pelas autoridades da Companhia de Jesus da Bahia, respectivamente, Antonio Cardoso (... *digno de se imprimir. Collegio da Bahia 13 de junho de 1696*), Francisco de Lima (... *está conforme com o idioma de Angola. Collegio da Bahia 24 de junho de 1696*), Alexandre de Gusmão (... *a qual foi revista, e aprovada por pessoas peritas na mesma lingua de Angola; e por verdade dei essa assinada como meu sinal, e sellada com o sello de meu Officio. Bahia 7 de junho de 1696*).

São, entretanto, algumas reflexões do próprio Dias no interior de sua descrição gramatical — argumento interno ao texto — que sugerem que ela teve por objeto o quimbundo falado no Brasil. Diante de certas variantes linguísticas encontradas no Brasil, por duas vezes, Dias remete a uma situação linguística que deveria corresponder à de Angola: "... costumão muitas vezes usar dellas os Ambundos, pondo hias por outras, por causa das variedades das linguas Angolanas" (p. 10); "... deve ser pela variedade das terras, & nações" (p. 24). Tais observações seriam inúteis se o texto tivesse sido redigido em Angola, pois lá seria fácil identificar tais "variedades das linguas Angolanas".

Num primeiro momento (Bonvini, 1996), tínhamos considerado que o quimbundo descrito por Dias era o falado na Bahia. É possível. Entretanto, os dados supracitados trazidos por Leite incitavam a reavaliar essa hipótese inicial. Ele sublinha, com efeito, que Dias "entrou na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, com 19 anos de idade, a 13 de julho de 1641" e que "aprendeu a língua de Angola (não se diz quando: já sabia em 1663)". O contexto histórico de 1641 não é anódino. Se esse ano coincide com a ocupação de Luanda pelos holandeses, que a consideravam o melhor mercado de escravos do mundo, no Brasil ele sucede a um ano de perturbações, tanto no Rio como em Santos e em São Paulo, que ocorrem depois da publicação do *Breve do Papa Urbano VIII* a respeito da liberdade dos ameríndios. Em 1640, revoltas antijesuíticas tiveram lugar no Rio de Janeiro (Boxer, 1973: 144-148). Um episódio, nelas ocorrido, significativo para nosso propósito, é assim evocado: "O populacho criticou acerbamente os jesuítas por possuírem mais de seiscentos escravos só em um colégio do Rio, mas os padres procuraram justificar-se alegando que os escravos eram quase todos negros" (Boxer, 1973: 147).

É nesse contexto que o jovem Dias iniciou sua formação completa ("em Direito Civil e Canônico e em Medicina"), provavelmente no mesmo colégio. Não seria nada surpreendente que ele se tivesse familiarizado, no próprio Rio, com o quimbundo, aprendendo-o e praticando-o com aqueles "pobres e pretos de África, a cujo serviço colocou os seus conhecimentos médicos", segundo a fórmula de Leite.

Outros dados permitem induzir que o *quimbundo* era utilizado pelos jesuítas em outros lugares do Brasil e que o critério do conhecimento ou da prática dessa língua condicionava a designação do pessoal, testemunhando assim, desde essa época, o verdadeiro estabelecimento de uma política linguística em grande escala. Com efeito, em Brasília (1973), encontra-se um texto consagrado aos "africanos" que acederam ao sacerdócio ou à vida religiosa no mundo (886-925). Nele o termo "africano" corresponde a "todo o indivíduo que nasceu... no continente africano" (891). De modo particular, ele estabelece uma lista de 280 nomes, entre os quais, onze concernentes ao Brasil, dos quais sete têm o conhecimento da língua mencionado como aptidão ou talento que justifica a designação:

23 - Ir Jerônimo de Corte Real, S.J., natural de Angola, faleceu em Pernambuco em 1625, era excelente nas línguas latina e de Angola... (896).

54 - Padre João de Araújo, angolano, entrou na Companhia na Baía, em 1764, com 15 anos de idade. Foi insigne na língua de Angola... (900).

62 - Padre Manuel da Lima, natural de Luanda, deve ter nascido por 1667. Entrou na Companhia em 1683, na Baía, Sabia a língua dos pretos angolanos... (901).

63 - Padre Miguel Cardoso. Nasceu em Luanda em 1659. Entrou na Companhia, na Baía, em 1674. Foi Reitor do colégio do Recife (1702) e do Rio de Janeiro (1716). Faleceu Provincial do Brasil, em Santos, com 62 anos, em 1721. Foi um dos mais ilustres filhos de Angola... (901).

64 - Padre Francisco de Lima nasceu em Luanda, em 1664. Ingressou na Companhia, no Colégio da Baía, em 1683. Foi conhecedor profundo da língua de Angola. Faleceu no Recife... (901).

65 - Padre Antônio Cardoso, natural de Luanda... nasceu em 1669. Entrou na Companhia de Jesus no Colégio da Baía em 1684. Sabia a língua dos negros de Angola. Foi Reitor do Seminário de Belém da Cachoeira (Baía) e duas vezes do Colégio do Rio de Janeiro... (901).

69 - Padre Francisco da Vide, oriundo de Luanda, tinha 27 anos em 1694. Alistou-se na Companhia, no Brasil, em 1686. Sabia com perfeição a língua de Angola. Consagrou a vida aos negros africanos na região do Rio de Janeiro... (902).

"Língua de Angola", nessa época, designava o *quimbundo* falado em Luanda. É preciso sublinhar também que, apesar da ausência de menção explícita de conhecimentos linguísticos, foi precisamente o Padre Miguel Cardoso que supervisionou a redação da *Arte da língua de Angola*, de Pedro Dias, justamente em virtude de seu conhecimento do *quimbundo*.

Os jesuítas dessa lista, naturais de Luanda ou de Angola, evidentemente, não eram o público visado pelos trabalhos linguísticos de Dias. Ademais, os nomes geográficos "vocados na listagem dos sete angolanos (Pernambuco, Recife, Bahia, Rio de Janeiro) não recobrem a totalidade dos lugares em que havia colégios jesuítas no Brasil.

Não obstante, a insistência no conhecimento da língua de Angola, assim como a variedade dos lugares de exercício do ministério deixam entrever que, no século XVII, o *quimbundo* era a língua africana de referência para uma extensão geográfica

que ia muito além da Bahia. É claro que havia um grande contingente de escravos africanos na Bahia (23.000 em 1660, segundo testemunho do Padre Antônio Vieira), categorizados na língua de Angola; mas os dados acima citados deixam supor que muitos outros escravos negros oriundos de Angola, mas dispersos em solo brasileiro, falavam essa língua, que manifestava assim seu papel de língua veicular, adquirido já em Luanda, conforme o que se escreveu acima a propósito das línguas dos cativos.

No plano científico, a obra de Dias é de um interesse inegável, tanto para a África quanto para o Brasil. O interesse para a África e, particularmente, para a história da linguística africana (Bonvini, 1996) deriva, antes de mais nada, do fato de que se trata da primeira gramática sistemática do *quimbundo*, na qual se abordam sucessivamente os seguintes temas: os nominativos (4-8), os pronomes primitivos [eu, tu, ele, nós, vós, eles] (8), os pronomes demonstrativos (9), os pronomes relativos (9-10), os nomes demonstrativos (10), a conjugação dos verbos (11-21), o verbo negativo (21-22), o verbo substantivo (22), os verbos defectivos ["imperfeitos"] (23), os gêneros (23-24), os pretérios (24-27), os pretérios mais que perfectos (28-31), a composição do nome verbal (31-32), os aumentativos (32-33), sintaxe (33), regras do nominativo (35), verbo infinitivo (35), nome adjetivo (35-37), relativo (37-39), os substantivos contínuos [sinérgias nominiais] (39), pergunta-resposta (39-40), genitivo depois de um nome [posse] (40), partitivos (40), superlativos (41), verbos neutros (41-42), verbos ativos (42-43), dativos e acusativos (43), verbos ablativos (43), verbos passivos (43), "propria pagorum" [locativos] (43-44), gerundivos (45), advérbios (45-47), interjeição (47), conjunção (47), "para" [final] (47-48). Entretanto, o que faz a originalidade dessa obra é o fato de que, tendo a redigido "segundo as regras da gramática" (Carta do Pe. Pedro Dias... Baía, 3 de Agosto de 1694), ele deixou de lado o modelo latino dos "casos", que ele considerava inadequado para o tratamento do que é chamado hoje "classes nominiais", características do *quimbundo*, mas também, de maneira mais ampla, das línguas *nigero-congolares*. Ele diz explicitamente: "Não tem esta língua declinações, nem casos; mas tem singular, & plural (p. 4)". Por essa tomada de posição teórica e metodológica, ele punha fim ao debate sobre a interpretação das classes nominiais que marcara, desde muitos séculos, os primeiros trabalhos a respeito das línguas africanas. Ele procurava, então, formular regras relativas à passagem do singular ao plural, limitando-se, assim, apenas ao plano formal. O debate prosseguirá até o fim do século XIX com a elaboração (aliás, laboriosa) da noção de "classes nominiais". O que é preciso notar, no entanto, é que a questão do modelo latino dos "casos" para as "classes nominiais" nas línguas africanas foi resolvida no Brasil.

No que se refere ao Brasil e com a distância do tempo, a obra de Dias constitui um duplo testemunho. Em primeiro lugar, ela testemunha o emprego corrente e habitual, no século XVII, no Brasil, de uma *língua africana*, o *quimbundo*, falado por escravos originários de Angola, numa área geográfica extensa, não limitada apenas ao

estado da Bahia (cf. dados supracitados). Os exemplos da gramática de Dias mostram claramente que se trata de uma língua em sua integralidade, próxima da que é falada atualmente em Angola. Não se trata, de maneira nenhuma, de um pidgin ou de uma língua mista. Isso é capital. É importante igualmente não negligenciar a data de redação dessa gramática: ela precede somente de um ano a destruição do Quilombo de Palmares (1695). Ora, diversos autores concordam em afirmar que, nesse quilombo, falava-se uma língua de tipo *bantu*, que poderia tornar verossímil a hipótese de que essa língua poderia ser o *quimbundo* descrito por Dias.

Em segundo lugar, esse texto testemunha o olhar lançado por um "falante" português do século XVII, e culto além do mais, sobre uma língua africana. Esse olhar aparece, antes de mais nada, como um "espanto" diante da "estranheza" gramatical dessa língua, percebida e vivida como diferente em relação a sua própria língua, o português, mas também ao latim, línguas consideradas até então padrões de referência. A título de exemplo, eis o que escreve Dias:

Página 4: *Dos nominativos*

Página 7-8: Todos os adjectivos tem sómente hia forma, sem differença de genero, nem casos, v.g. Quiamboite, cousa boa. Mutuamboite, pessoa boa. Porém quando se poem a particula. Qui, fazem adverbios, & tomam a significação do adjectivo, v.g. Quiamboite, muito bem.

Página 23-24: *Dos gêneros*

"Não tem esta lingua Generos: explicá-se porém pelos sexos feminino, ou masculino. v.g. Yalla, macho. Ngana yaalla, senhor. Mubetu, femera. Ngana ya mubetu, senhora, &c."

Página 11: *Conjugação*

Para sabermos por que letra começa o verbo, polohemos no Imperativo, sem algum acrescentamento, nem antes, nem depois; porque neste caso se poem o verbo simplesmente com suas letras, & syllabas essenciaes.

Página 21: *Do verbo negativo*

Tem o verbo negativo a mesma conjugação que o verbo, Curzola, de que fallamos, ao qual acrescentando esta palavra Caná, antes, ou depois do verbo, fica negativo. v.g. Canangazola, não amo. Cananggiba, não marei. Porém posta antes, & depois do verbo, nega com efficacia. v.g. Cananggiba caná, não marei não.

Tem outras negações com variedade de tempos, & pessoas, singular, & plural, postas antes do verbo; as particulas pessoas para o singul. são: 1. Quené. 2. Cu. 3. Ca. (...) Página 41: "...nessa lingua duas negações exagerad o q? se nega.

Página 24: *Dos pretéritos*

Tem os verbos desta lingua geralmente tres pretéritos perfectos; o 1. significa ha pouco tempo; o 2. que ha mais tempo; o 3. que ha muito mais tempo...

Página 43: *Verbum passivum*

22: Não tem esta lingua verbo passivo, donde para dizem. Deos he amado dos homens, dizem. Omala azola nzambi, os homens amão a Deos; pondo o verbo na activa. Tambem para dizem, os homens são amados de si, dizem Omala anzola, os homens se amão a si...

Página 43: Não tem os Ambundos (como já dissemos) verbo passivo, mas usad do verbo activo.

Página 45: *Adverbios*

Além dos adverbios ordinarios, todas as terceiras pessoas de ambos os numeros singular, & plural tomadas neutralmente, & assim mesmo os adjectivos, servem de adverbios, v.g. Quiamboite, bem.

"Concordância de gênero", "passiv*", "dupla negação" ... eis o que parecia insólito para um falante português do século XVII diante de uma língua africana. No século XX, esse espanto recaí sobre o próprio português, ao menos em sua variante dia popular.

Século XVIII: uma língua velicular africana falada em Minas Gerais

Tinha e quatro anos depois do aparecimento do texto *Arte da lingua de Angola*, de Pedro Dias, Antonio da Costa Peixoto redigiu, em Minas Gerais, mais precisamente em Vila Rica de Ouro Preto, um outro texto, desta vez sobre uma língua "mina". Uma primeira versão data de 1731 e é conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa (nº 3052 do Fundo Geral). Dez anos depois, em 1741, o mesmo autor fez uma segunda versão sob o título *Obra nova de Lingua g.^a de mina, traduzida, ao nosso Idioma por Antonio da Costa Peixoto, Nacignal do Rn.^o de Portugal, da Provincia de Entre Douro e Minho, do concelho de Figeira*, completada por um prólogo de duas páginas suplementares e de uma "advertência" final. Essa versão está conservada na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Código CXVI/1-14b). Trata-se de um manual destinado aos "senhores de escravos, e hinda os que não tem", a fim de evitar, pelo conhecimento e a prática dessa língua, "tantos insultos, ruínas, estragos, roubos, mortes, e finalm.^{te} muitos cazos atrozes". No prólogo, o autor precisa que seu trabalho consiste em "traduzir ao nosso idioma portuguez, a lingua gal de Minna", sem pretensões literárias: "Não a descrevo com aquelle fundam.^{to} e distincão que a nossa pulcicia pede, cauza de me faltarem as letras nos annos que a elles me pudera aplicar".

Tanto no plano histórico quanto linguístico, esse texto apresenta um interesse particular, porque ele concerne a uma situação até então inédita: no espaço reduzido do quadrilátero mineiro "Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará, Rio dos Montes", a necessidade de explorar intensivamente ouro e diamantes, descobertos no século XVIII, chegou a uma concentração maciça de cerca de 100.000 escravos em média por ano. Eles eram originários da costa do Benim — chamada Mina e situada, *grosso modo*, entre Ganá e a Nigéria — e renovados regularmente durante um período de uns 40 a 50 anos.

Esse texto permaneceu como manuscrito e era desconhecido até 1945, quando a segunda versão, a de 1741, foi finalmente publicada em Lisboa por Luis Silveira, sob o título *Obra nova de Lingua geral de Mina de Antonio da Costa Peixoto* (Silveira L. 1945) acompanhado de um importante "comentário filológico" de Edmundo Corrêa Lopes intitulado "Os trabalhos de Costa Peixoto e a lingua cvoe no Brasil" (p. 45-66).

Do comentário de Correia Lopes, vamos reter algumas observações que, numa perspectiva linguística, parecem-nos particularmente interessantes. Já no início, ele afirma: "Por *Ogunu, Gunu, Gu* ou alada, entende-se uma variedade do *Fon* ou domé, um dos dialetos que constituem a língua *Ewe* (*ewe*)... O dialeto em questão foi no Brasil serrecenista a língua geral da Mina..." (p. 45). A partir dessa constatação, colocam-se duas questões. A primeira é saber se "o gu era o dialeto materno de todos os escravos oriundos da Costa da Mina". Ele responde a ela pela negativa, afirmando que "os contemporâneos de Costa Peixoto sabiam perfeitamente que o *gu* não era a língua materna de todos os escravos que o falavam no Brasil", o que lhe permitia concluir que: "por isso mesmo o autor das obras de língua mina lhe chama língua geral" (p. 46). A segunda questão incide sobre o próprio estado da língua em relação a seu estado de partida, sua conformidade com seu estado de origem: "Do facto de estar subordinado no Brasil a uma língua oficial e dominante, sendo falado por muitos indivíduos cuja língua materna era outra, teria o *gu* sofrido grande contaminação na sua pureza?" (p. 46). A resposta de Correia Lopes é taxativa: é impossível responder a essa questão de uma maneira satisfatória, por duas razões que concernem à própria obra. A primeira é de ordem geral: "As obras de Costa Peixoto são muito rudimentares... Apresentam-nos uma linguagem paupérrima, arrancada, não sabemos como, a negros que podiam não ser dos que a falavam melhor" (p. 46). A segunda é metodológica e incide sobre o número reduzido de exemplos. Em sua opinião, não se pode mais falar de uma língua mista: "não se trata de uma mistura de línguas" (p. 47). Ele conjectura que se trata antes de uma língua num estado um tanto quanto empobrecido: "Passando por muitas bocas em que não era senão hospede, usada como meio de dissimulação por muitos escravos que falariam melhor o português, pode a linguagem africana ter perdido certo número de recursos próprios e, já por esse motivo, já, sobretudo, por influência do português, modificado pouco ou muito a sua sintaxe de posição, o seu vocabulário..." (p. 47). Daí ele deduz que, para os pesquisadores, o interesse dessa *Obra* está, de fato, no nível do vocabulário: "Para os investigadores brasileiros ela terá simplesmente a utilidade de um vocabulário acessível onde encontrar as palavras que estiveram em uso no Brasil, uma ou outra das quais pode ainda ter deixado vestígios" (p. 47). No domínio da gramática, ao contrário, "as obras do curioso de Filgueiras diferem muito mais das gramáticas de hoje por ignorância do autor que por evolução da língua" (p. 47). Isso não o impede de tentar estabelecer uma diferença, limitada, entre tanto, à fonética, entre a língua falada no Brasil e a língua africana atual (p. 55-63), porque, no que concerne à morfologia e à sintaxe dos verbos, ele estima que o texto é "estéril".

O conjunto de noções que ele constrói em torno desse texto relativamente breve é, no entanto, bastante significativo no plano linguístico. Trata-se da questão da "língua geral" oposta à "língua materna outra" e também da "língua africana" que se presume "ter perdido certo número de recursos próprios... por influência do português". Esse último aspecto parece tanto mais espantoso, porque, na mesma época, isto é, no fim do

século XIX e, sobretudo, a partir dos anos trinta do século XX, afirmava-se o inverso do português, que se presumia ter sido influenciado por línguas africanas.

Bem recentemente, Yeda Pessoa de Castro (2002) consagra-lhe um estudo de uma amplitude diferente. Apoiando-se na análise de Correia Lopes, ela centra no falar *fon* sua própria análise da língua "mista", inclusive fazendo dele seu "paradigma", porque ela estima que "o fongbe destaca-se como [a língua] majoritária no repertório da língua geral de mina", além de se mostrar a mais significativa do seu grupo no processo de configuração da linguagem litúrgica das religiões afro-brasileiras, razões por que foi tomada como paradigma no estudo..." (p. 54). São essencialmente critérios estatísticos que fundamentam sua escolha tanto mais que a língua *fon* é "majoritária no vocabulário de Costa Peixoto (82%)" (p. 68).

A utilidade desses cálculos é inegável, pois eles permitem dispor de ordens verificáveis de grandeza. Entretanto, no plano linguístico, seu valor argumentativo é quase nulo: o argumento estatístico não atinge nunca o estatuto de "prova" linguística, servindo apenas para construir uma presunção. A "prova" linguística repousa exclusivamente em argumentos linguísticos. No caso do vocabulário de Costa Peixoto, para chegar a uma conclusão válida, teria sido preciso fazer preliminarmente um estudo comparativo e sistemático entre esse vocabulário e os diferentes vocabulários dos diversos falares do mesmo subgrupo linguístico, isto é, o *gbe*, a fim de demonstrar, unicamente com base em critérios linguísticos, com quais desses falares ele tem uma relação específica e exclusiva. Na ausência dessa comparação, ignoramos completamente quais são exatamente os falares a que, e em que proporção, esse vocabulário concerne. Em outras palavras, se os dados estatísticos sugerem, em primeiro lugar, o *fon*, isso ocorre também do ponto de vista linguístico a ponto de excluir, nitidamente, todos os outros falares como sendo linguisticamente não pertinentes? Sem prova linguística, haverá sempre dúvida sobre a origem exata do vocabulário da língua "mina". Lembremos de passagem que, para os linguistas de hoje, o *fon* faz parte do *gbe*, que é uma "language unit" (grupo de línguas), que engloba 51 "dialetos" (Capo, 1991: 1-6). Daí sua designação atual pelo termo "fongbe", literalmente "fon-ídioma".

A contribuição essencial desse estudo reside, na verdade, na contextualização, com ajuda de uma documentação particularmente extensa e pertinente, do próprio manuscrito, tanto no plano sócio-histórico quanto etnolinguístico. Essa contextualização concorre seguramente para melhor compreender o sentido do vocabulário específico em língua "mina", aclarando, por vezes de uma maneira nova, o sentido de certos termos aparentemente obscuros, tais como *gambino* 'genro' e *coba*, de 'coré', região de agrupamento má. Ela permite, além disso, apreciar melhor, num plano etno-sócio-histórico, os minidiálogos do texto original.

Nesse estudo, o vocabulário de Costa Peixoto foi reorganizado em ordem alfabética (p. 67-93) e retomado, em seguida, por áreas temáticas (p. 171-185). Os minidiálogos do manuscrito foram "reconstruídos": "Os diálogos (...) reconstruímos

do manuscrito de Costa Peixoto" (a fim de pôr) "em destaque: a) o enfrentamento nas relações humanas entre senhores e negros, escravos fugidos ou forros, b) seu processo de socialização e c) suas atividades profissionais e econômicas" (p. 151).

Os linguistas, de sua parte, lamentarão não dispor, em sua integralidade e em sua textualidade mesma, o texto original do "manai" de Costa Peixoto, permitindo-lhes por esse meio apreender melhor seu co-texto, isto é, as unidades textuais que precedem e seguem as diferentes partes.

O estudo propriamente linguístico está no final da obra e tem por título: *A língua fon* (p. 187-195). Ele é, entretanto, limitado à morfologia e à sintaxe, pois a fonologia foi anteriormente examinada quando do estudo do vocabulário. As observações relativas à sintaxe propriamente dita (p. 188-189) merecem atenção:

Do ponto de vista sintático, os esquemas são simples... o esquema canônico da frase é:

Circ. + S + V + C + circ.

As marcas verbais se reduzem a:

1. Forma progressiva: *ma...* (p. 188);
2. Forma futuro: *ma...* (p. 188);
3. Forma passado: *ko (já)...* (p. 189);
4. Forma negativa: (p. 189):

ma (entre o sujeito e o verbo)

Gam *máim*, não tenho a chave. *Fon/Gun gá ma fi*.

Adi *manim*, não tenho sabão. *Fon ai ma fi*.

Hémá *bouhá*, não corra não. *Fon e ma phà a*.

ma...o...ou - ma...a > ma...á (negação enfática) (cf. Francês "ne...pas").

E *mácodugehá*, ainda se não batizou não. *Fon e ma ko díje a*.

E *maócógbihá*, ainda não pariu não. *Fon e ma ko jivi a*.

Emáim num ré há, não tem nada. *Fon ai ma fi nu ná a* (p. 189).

A ausência de conclusão nesse estudo morfosintático deixa uma interrogação, porque ele apresenta o risco de induzir em erro o leitor não avisado, deixando-o eventualmente crer que há coincidência entre a morfosintaxe da *língua geral da mina* de Costa Peixoto e a da *língua fon*. Tal conclusão, não formulada explicitamente, mas aparentemente veiculada pela apresentação dos dados, seria seguramente inexacta.

Com efeito, desde o início e ao longo de todo esse estudo, em particular no caso específico dos "diálogos", toda a demonstração parece repousar numa ambiguidade de fundo. Os exemplos são quase sistematicamente traduzidos, palavra por palavra, para a *língua fon*, na qual cada termo e cada frase da *língua "mina"* encontra, em face, seu correspondente em *língua fon*.

Essa coincidência sistemática em paralelo corre o risco de sugerir que há coincidência entre as duas línguas, tanto no nível de cada um dos signos quanto da

estrutura sintática da frase. Na realidade, não se trata de uma verdadeira "tradução" no sentido habitual da palavra, isto é, de uma tentativa de fazer que o que estava enunciado numa *língua* o seja também na outra, tendendo à equivalência semântica e expressiva dos dois enunciados. Uma verdadeira tradução deve respeitar a identidade sintática de cada uma das duas línguas em presença. Aqui, temos antes uma "transliteração", graças à qual se faz corresponder, de uma maneira quase automática, a cada signo de uma *língua* (L1) um signo na outra (L2). O resultado é linguisticamente surpreendente: as duas línguas, colocadas face a face, correspondem-se formalmente, com raras exceções, tanto no nível das palavras (signos linguísticos) quanto da sintaxe. Na primeira fase da análise, a utilidade desse procedimento é incontestável, pois permite ao leitor de hoje descobrir a divisão real da *língua "mina"*, cuja linearidade torna o texto opaco, revelando assim que, de fato, se Costa Peixoto pôs em evidência o léxico da *língua*, ele ignorava completamente sua sintaxe subjacente. Entretanto, o texto assim reconstituído não permite concluir que há coincidência sintática entre o *fon* falado hoje e o texto "mina" de Costa Peixoto.

Enuncia-se então uma questão de fundo: a sintaxe do *fon* revelada por esse procedimento de "transliteração" coincide realmente com a sintaxe do *fon* falado no Benim? Para responder a essa questão, examinemos mais de perto, entre os exemplos acima citados, aqueles que serviram para ilustrar o 4º item "Forma negativa" (p. 189).

Analisando a primeira série, aquela caracterizada pelo "*ma* (entre o sujeito e o verbo)", pode-se logo afirmar que o emprego do morfema /*mal* não corresponde à negação de mesmo tipo atestada em *fon*. Nos três exemplos citados, trata-se de frases do tipo assertivo. Ora, a negação das frases assertivas em *fon* faz-se com o emprego do morfema negativo /*ái* e não /*mal*. Além disso, o morfema é colocado depois do verbo ou no fim da frase e não "entre o sujeito e o verbo".

A respeito disso, convém ir ao texto de B. Segurula (1963). Convém lembrar que essa obra, reeditada em B. Segurula e J. Rassinoux (2000), é o texto de referência escolhido por Pessoa de Castro para tratar da parte do "dicionário" que comporta termos *fon* (p. 69). Rapidamente, dar-nos-emos conta de que há em *fon* duas formas de negação, uma que emprega o morfema /*ái* e a outra, o morfema /*mal*:

O morfema /*ái*: "ái" depois de um verbo ou no fim da frase indica a negação: É *sté ái*, ele não entendeu, ele não compreende" (p. 1).

Esse tipo de negação aplica-se aos enunciados assertivos e corresponde à verdadeira forma de base da negação em *língua fon*.

O morfema /*mal*: "*ma, má, má*, negação com empregos muito diversos:

muitas vezes reforçada pela partícula "hé";

em correlação com a partícula "á" interrogativa;

para reforçar a partícula negativa "ái", ou negativo-interrogativa "acé" ou "a é";

ma...ó: negação empregada também em certas orações subordinadas (finais impeditivo, recusa, interdição);

ma...é: "não mesmo" (p. 342).

Essa segunda forma de negação aplica-se aos enunciados não assertivos (injunvivo-negativos, interrogativos, interrogativo-negativos).

Reencontram-se essas duas formas principais de negação igualmente em numerosos textos orais publicados por Guédou (1985), linguísta e etnolinguísta originário do Benim, falante nativo do *fon* (nascido na periferia de Abomey), que escreveu uma importante e grandiosa obra: "Linguagem e cultura entre os fon do Benim". Eis três exemplos, dois da forma "assertiva" e o terceiro da "injunvivo-negativa":

- / a / em posição final:
- à sí tà kvé á
//você/pagar/cabeça/dinheiro/não//
"você não pagou o imposto"
xó nyí kànlinzó dé á
//palavra/ser/animal-trabalho/algum/não//
"a palavra não é uma tarefa do animal"
- ma..ó "injunvivo-negativo":
má fan dó xó mí tòn mè ó
//não/retornar/langar/palavra/nós de/em/não//
"não faça barulho durante nossa fala"

Diante dessas múltiplas formas de negação atestadas no *fon* do Benim, Costa Peixoto utiliza apenas duas formas, a primeira raramente, a segunda com mais frequência:

- Imal* diante do verbo, contrariamente ao que ocorre no *fon* do Benim;
Imal .../há - háí, com emprego generalizado, contrariamente ao *fon* do Benim onde o emprego é restrito.

Com base nesses dados, fica claro que a sintaxe de negação da língua "mina" de Costa Peixoto não coincide com aquela atestada na língua *fon*. Ela também não coincide, rigorosamente falando, com a dos principais falares *gbe*, conforme o quadro que segue:

	Negação	Mina (Peixoto)	Ewe/Aja	Gen	Fon	Gun
Assertiva	ma ... há	me ... ò	dé ... ò	mú ... ò	... á	má ...
	(nao...nao)	(nao...nao)	(nao...nao)	(nao...nao)	(nao...nao)	(nao...)
Injunvivo-negativa	ma...há	me gá... ò	mé gá... ò	mùgà... ò	má... ó	má... bíó ò
	má...há	mé gá... ò	mé gá... ò	mùgà... ò	má /á/	má wú bíó ò
	'não digas não!'	'não cance!'	'não cance!'	'não parat!'	'não (o) diga!'	'não venha!'
	<i>mágame há</i>				<i>mí má yá mí ó</i>	
	'não me marci!'				'não me marci!'	

Põe-se então a questão de saber donde vem exatamente a construção sintática da negação da língua "mina" de Costa Peixoto, assim como seu recurso quase *sistemático* à *dupla negação*. Cabe mesmo perguntar-se se essa dupla negação não seria mais um "decalque" do português local da época.

De outro lado, notar-se-á a ausência na língua "mina" de alguns fatos sintáticos que são característicos das línguas do grupo *gbe*: construções seriadas dos verbos, nas quais cada verbo pode ser focalizado ou interrogado; construções clivadas do predicado sintaxe de tipo alienável para as partes do corpo; emprego de pronomes logofóricos. A ausência desses traços sintáticos permite afirmar claramente que a língua "mina", de ponto de vista sintático, não coincide nem com a língua *fon* nem com qualquer outra língua do grupo *gbe*.

Impressiona-nos, enfim, a ausência de períodos complexos, com exceção de um caso de uma oração condicional. Qual é, então, a verdadeira sintaxe da língua "mina" em relação ao português falado por Peixoto?

Esperando uma resposta a essas questões, mantemos nossa hipótese inicial (Bonvini e Petter, 1998), a saber, que a língua "mina" corresponderia a um fala veicular, mas acrescentando que, na verdade, este último se encontrava numa fase de pidginização (Manessy, 1995: 22-27), isto é, uma fase em que a língua estava submetida ao triplice fenômeno de "adaptação" (= reinterpretção segundo um modelo estrangeiro), de "simplificação" (= diminuição do número de manifestações externas dos mecanismos gramaticais e melhoria de seu rendimento funcional) e de "redução" (= redução a zero da complexidade do sistema linguístico). Ademais, uma língua cor vocação supralocal, proveniente de línguas africanas do grupo *gbe* (subfamília *caá*, forjada no Brasil, para ultrapassar a dispersão engendrada pela co-presença de diversos falares tipologicamente semelhantes. Ela constituía assim a mais prática e linguisticamente, a mais econômica solução.

Século XIX: plurilinguismo africano e língua portuguesa dos escravos negros

O século XIX coincide com a última fase do tráfico negreiro (Viana Filho 1946: 78-91), cujas datas mais significativas são: 1815: proibição do tráfico negreiro ao norte do equador; 1826: convenção entre Brasil e Inglaterra para a extinção do comércio de escravos na costa da África; 1831: proibição do tráfico de escravos no Brasil, por lei de 07/11; 1850: extinção do tráfico no Brasil, pela lei Euzébio e Queiroz. O tráfico ao norte do equador, intenso desde o início do século, prosseguiu mesmo depois de 1815, mas de uma maneira clandestina e orientado principalmente para as regiões situadas mais no interior. A decisão de 1815, porém, deslocando o tráfico "oficial" mais para o sul do equador, contribuirá bastante para expandi-lo para além das zonas tradicionais e, sobretudo, para intensificá-lo. Por consequência, nos primeiras metade do século, o tráfico conhecerá um crescimento sem precedente, somente a partir de 1840 que a campanha internacional contra a escravidão e vigilância preventiva das águas do Atlântico pela marinha britânica conseguirá

progressivamente, neutralizar e, finalmente, suprimir essa atividade que predominou durante três séculos. Em 1836, Portugal proibirá o transporte de escravos por mar; em 1854, vedará a entrada na colônia (Angola) por via terrestre, isto é, dos escravos provindos do império Lunda; é somente em 1878 que a escravidão será oficialmente abolida (Randles, 1968: 223-224).

Essa situação, na verdade, contribuiu para acentuar no Brasil um plurilinguismo africano de que diversos documentos dão testemunho.

Plurilinguismo africano

Bom do África Austral

O primeiro testemunho é dado por Adrien Balbi (1826: 224-226), que menciona "um feliz acaso, (depois de) conhecer Maurice Rugendas, ocorrido há pouco no Brasil... podemos preencher algumas das imensas lacunas que existem na lingüística da África Austral". É preciso não esquecer que, nessa época, Bleek não tinha ainda nascido e que grande parte da África Austral continuava "terra incognita", sobretudo, no plano lingüístico. Daí o interesse particular de suas reflexões:

... M. Rugendas teve a boa idéia de interrogar numerosos africanos que o abominável comércio de escravos traz ainda todos os anos para este império do Novo Mundo. Ele conseguiu, por esse meio, obter uma grande quantidade de noções tão curiosas quanto importantes sobre os costumes e as línguas desses infelizes habitantes da África...

Ele lamenta, porém, a perda de certos documentos: "É realmente lamentável que, tendo desaparecido uma parte desses manuscritos, M. Rugendas não possa dar-nos os vocabulários molua, mina, caçanje e outros que ele tinha recolhido..." É interessante notar o emprego dos termos *mina* e *caçanje* para designar, de fato, grandes grupos lingüísticos. E ainda acrescentar: "Devemos, no entanto, a sua amabilidade o massanja, o choambo e o matibani que não são menos por causa da posição que ocupam as nações que falam essas línguas. Segundo M. Rugendas, os massanjas vivem no interior do Congo, precisamente no norte de Benguela. Os choambos e os matibanis vivem na costa de Moçambique".

Na realidade, na obra de Balbi, as línguas são designadas pelos nomes dos povos que as falam, as três últimas correspondem provavelmente e respectivamente ao imbangala (H. 30) em Angola, ao chabuo (P. 30) e a um falar tonga (inhambané) (S. 60). Ele faz um quadro comparativo de 26 palavras dessas três línguas seguindo a "ortografia portuguesa", o qual lhe permite estabelecer que "o choambo e o matibani pertencem à família café, enquanto o massanja deve ser classificado com os idiomas da família congolosa".

Chegados a este ponto, que nos seja permitido fazer uma aproximação à guisa de *parântese*. Como já foi dito, graças aos dados lingüísticos recolhidos junto aos escravos africanos por Dias, no século XVII, foi elaborada a primeira gramática

sistemática da língua *quimbundo*, a primeira também a mostrar a inadequação do modelo latino dos "casos" para interpretar as classes nominais. Graças ao mesmo tipo de dados mas desta vez coletados no século XIX, na aurora mesma do estabelecimento da lingüística comparada pelos irmãos Schlegel (1808 e 1818), uma mini-experiência comparativa permitiu a A. Balbi classificar três línguas africanas do tipo *bantu*, alguns decênios antes dos grandes trabalhos de W. H. I. Bleek. É por um método análogo que, vinte e cinco anos mais tarde, S. Koelle (1854) escreverá *Polyglotta africana* com base em dados recolhidos junto a antigos escravos em Freetown, em Serra Leoa, no qual ele estabeleceu uma classificação geotípológica de cerca de 300 línguas africanas.

Plurilinguismo africano na Bahia

O plurilinguismo africano no Brasil só será efetivamente atestado no final do século XIX, graças ao testemunho de Nina Rodrigues. Sua demonstração foi concebida como uma resposta concreta ao apelo urgente lançado em 1879 por Sílvio Romero para se fazerem trabalhos consagrados "ao estudo das línguas e das religiões africanas", que citado textualmente por Nina Rodrigues (1977 [1890-1905]: 16-17): "Apressem-se especialistas, visto que os pobres moçambiques, benguelas, monijos, congos, cabinda caçanges... vão morrendo. O melhor ensino, pode-se dizer, está passando com a benfiteira extinção do tráfico". É nesse estado de espírito que Nina Rodrigues empreende seu levantamento lingüístico e etnográfico junto aos africanos que viviam, na época, na cidade de Salvador. Seu testemunho era ainda mais importante, porque, a partir da segunda metade do século XIX, uma mudança profunda operava-se na Bahia. Como escreve Vianna Filho (1946), na sequência do desenvolvimento da cultura do café,

instalava-se no país, uma nova modalidade do tráfico... Era o eixo econômico, país que se deslocava para o sul. E com ele ia também o negro, que havia feito a riqueza norte e agora seguia para entriquecer o sul. Com ele iniciava-se também a mudança centro político do país.

Foi uma época de desconcentração econômica, durante a qual: "a Baía despovoava-se de escravos. Em 1815 tinha 500.000. Em 1874 não seriam mais de 173.63 (p. 90-91). É à luz desse duplo contexto, extinção da escravatura e desconcentração, que necessário sinar os dados geolingüísticos recolhidos por Nina Rodrigues.

Eles referem-se a seis línguas, atestadas seja em documentos escritos, seja sob forma oral em palavras recolhidas diretamente junto a africanos ainda vivos na época: "nagô ou iornubá; jeje, êtê ou ewe; haussá; kanúri (língua dos bornus); tappa, nifé nupé; língua dos negros guruncés, g'ruñcis".

N. Rodrigues observa, no entanto, que "as línguas africanas faladas no Brasil sofreram para logo grandes alterações, já com a aprendizagem do português por parte dos escravos, já com a da língua africana adotada como língua geral pelos negros aclimac ou *ladinos* (= os escravos negros que já conheciam a língua, os usos e costumes do país) (p. 122). Destarte, ao desembarcar no Brasil, o negro *novoo* (= recém-chegado),

obrigado a aprender o português, para falar com os senhores brancos, com os mestizos e os negros crioulos, e a língua geral para se entender com os parceiros ou companheiros de escravidão" (p. 123). Ele precisa, além disso, que, entre as línguas africanas, "duas, as que foram adotadas como línguas gerais, predominavam no país: a *naḡô* ou iorubá na Bahia, a quimbunda ou congolosa no norte e no sul" (p. 129).

Seu levantamento limitar-se-á a coletar dados lexicais suscetíveis de ser explorados por especialistas e chegará a uma lista de 122 palavras, apresentadas sob a forma de quadro sinótico, pertencentes a cinco línguas africanas faladas ainda correntemente na Bahia em sua época: "grunçe" (gurúnsl), "jeje (maí?)" (eve-fon), "haucá", "canúri" e "tapa" (nupe).

Nina Rodrigues desenvolve igualmente um comentário (p. 129-141) sobre as línguas africanas introduzidas no Brasil, que são repartidas em duas seções: "línguas sudanesas, ou do grupo central, e línguas austrais, línguas cafreais, ou do grupo banto". Desse comentário, tomemos, em particular, o que ele escreve a propósito do *naḡô* ou iorubá. Depois de lembrar seu papel de "língua geral desempenhado na Bahia" (p. 130), ele nota que:

A língua *naḡô* é, de fato, muito falada na Bahia, seja por quase todos os velhos africanos das diferentes nacionalidades, seja por grande número de crioulos e mulatos. Quando neste Estado se afirma de uma pessoa que esta fala língua da Costa, entende-se invariavelmente que se trata do *naḡô*. Ela possui mesmo entre nós uma certa feição literária que eu suponho não ter tido nenhuma outra língua africana no Brasil, salvo talvez o haussá escrito em caracteres árabes pelos negros muçulimás. E que muitos negros que aprenderam a ler e a escrever correntemente esta língua em Lagos, nas escolas dos missionários, têm estado na Bahia e aqui o têm ensinado a negros baianos que já a falavam (p. 132).

Nina Rodrigues fala de "uma certa feição literária". A propósito disso, convém notar que o iorubá foi uma das primeiras línguas da África Ocidental a conhecer uma tradição escrita, graças a diferentes trabalhos linguísticos, notadamente os clássicos de Samuel Ajayi Crowther sobre o vocabulário (1843) e a gramática (1852). Depois, a língua *iorubá*, que tem uma vintena de dialetos, tornou-se uma das três principais línguas da Nigéria (com o *haucá* e o *ibo*). Ela adquiriu o estatuto de língua padrão ("Standard Yoruba") e é objeto de ensino desde a escola primária até a universidade, ao menos em certas universidades. Como escreve, num estudo recente, J. Benga Fagborun (1994: 10-11),

a língua iorubá passou a ser escrita há cerca de cento e cinquenta anos. Desde então, tem uma forma reconhecida ou uma *koimé*... Esse tipo de língua é usado na escola (para ensinar nativos e estrangeiros); nos meios de comunicação de massa: nos lugares públicos como igrejas e reuniões políticas. É a língua usada na literatura.

Em outras palavras, o fato de essa língua passar a ser escrita e, por isso, passar a ter novos usos, sobretudo literários ("Literary Yoruba"), introduz nela importantes inovações, não somente lexicais, mas também estruturais, tanto morfosintáticas como

morfossintáticas. Essas inovações aparecem, sobretudo, no uso que dela fazem os escritores iorubás, mas elas derivam também do impacto do inglês sobre a significação e a própria estrutura do enunciado iorubá. J. Benga Fagborun traça sua história, mas, ao mesmo tempo, desvela a maneira como a língua nivelou as formas dialetais, importando itens de outras línguas. Daí sua conclusão:

Essa base histórica da *koimé* iorubá mostrou que ela não foi nunca um dialeto histórico falado (em seu sentido mais amplo). Foi antes uma língua criada pelos escritores iorubás a partir do núcleo de vários dialetos e outras línguas (p. 37).

Essas observações deveriam contribuir para aprender melhor a especificidade do *iorubá* atestado no Brasil em relação ao *iorubá* da Nigéria.

O português falado pelos africanos

A citação acima de Nina Rodrigues pôs em evidência que "ao desembarcar no Brasil, o negro *novu* (= recém-chegado) era obrigado a aprender o português, para falar com os senhores brancos, com os mestizos e os negros crioulos" (p. 123). Mas como ele o falava?

Hoje dispomos de poucos documentos da primeira metade do século XIX que permitam responder a essa questão de maneira satisfatória. Os primeiros testemunhos escritos sobre esse tema, citados por Silva Neto (1963: 109), são de Sainr-Hilaire (1820) e de Schlichthorst (1824). Eles são particularmente lamentáveis, impressionistas e superficiais, quando notam que os escravos "conservam alguma coisa de infantil, eles chegam a fazer-se entender em três meses, mas, como as crianças, têm dificuldade de pronunciar o *r* e a seqüência *sr*". Essas observações, feitas por viajantes em busca de exotismo, deixam transparecer certa visão do falante inculco – e escravo, além disso –, que contribuiria, com sua pronúncia, para deteriorar a língua portuguesa.

Imitações do falar dos negros ("falar xacoco") aparecem também na literatura em 1831. Esses documentos, no entanto, não bastam para fazer uma idéia minimamente precisa do modo real, próprio dos africanos, de exprimir-se em português.

Já pelo final do século, os testemunhos fazem-se mais precisos, embora sejam reduzidos. É o caso do emprego generalizado, entre os negros de origem banta, do morfema /Zi-/ como prefixo, tanto no nível da palavra isolada, quanto no dos sintagmas de determinação e do enunciado complexo. A extensão desse emprego foi mesmo sublinhada como emblemática da maneira de exprimir-se dos negros no Brasil.

João Ribeiro (1897: 271) sublinhou-lhe a importância, notando que sua presença no enunciado contribui para criar uma estrutura aliterativa característica das línguas bantas:

Os negros no Brasil quando fallam o portuguez repetem por allitteração a *partícula prefixa* (italico no texto) inicial em todo o corpo da phrase:

Z'ere	Z'mandou	Z'dizé
Elle	Mandou	dizer

Este facto é uma reminiscência da gramática geral das línguas do *banti*, a concordância por aliteração.

É preciso, no entanto, notar que, malgrado sua semelhança, o morfema Zi- [~ ʒi] dos "negros no Brasil" não coincide com o classificador ji- 'plural' da classe 10 do quimbundo, que era sua função inicial. Em seu emprego recente, esse morfema não é mais uma marca de classe, mas um morfema plurifuncional, suscetível de intervir em diversos níveis da estrutura gramatical de uma maneira generalizada: nomes, sintagmas de determinação, enunciados.

Concluindo, o estudo real e sistemático da maneira como os negros brasileiros se exprimiam em português no século XIX está por ser feito?

Século XX: as línguas africanas, línguas confinadas

Dois acontecimentos caracterizaram o fim do século XIX: primeiro, a abolição da escravatura (1888); depois, a nova distribuição econômica representada pela cultura do café que levou a uma redistribuição geográfica da massa dos ex-escravos e de seus descendentes.

O primeiro acontecimento teve como efeito quase imediato o declínio progressivo e, finalmente, a extinção da maior parte das línguas africanas que estavam ligadas até então à escravidão e que tinham sido regularmente alimentadas, durante mais de três séculos, por um aporte maciço de escravos em zonas geográficas bem definidas, geralmente delimitadas pelo tipo de produção econômica: cana de açúcar, tabaco, mineração. Nessas zonas, certas línguas africanas tinham-se sucedido, ao longo do tempo, sob a forma de língua veicular ("língua geral"): quimbundo, "mina", iorubá, permitindo, ao mesmo tempo, que o português coexistisse com as línguas africanas, ao longo dessa sucessão, sob a forma de alternância de códigos.

A nova conjuntura econômica, que levou a uma redistribuição geográfica da massa de ex-escravos, operou igualmente uma mutação linguística. De um lado, a utilização da língua portuguesa estendeu-se a toda a população negra e, além disso, ao impor-se no dia-a-dia, pôs fim à alternância inicial e secular de códigos entre a língua portuguesa e as línguas africanas. De outro lado, as antigas línguas, principalmente as veiculares (quimbundo, "mina", iorubá) foram confinadas a um uso "interno", específico de uma determinada população, como ferramentas de preservação identitária, de autodefesa e de sua afirmação como grupo. Elas foram "refuncionalizadas" como línguas de especialidade num contexto de clandestinidade, aprendidas ou transmitidas, seja sob a forma de *línguas culturais* reservadas aos cultos ditos afro-brasileiros, seja sob a forma de *línguas secretas*.

Línguas culturais

Elas foram empregadas, desde o século XIX, nos cultos ditos afro-brasileiros. Estes são principalmente de dois tipos: os da espécie *candomblé*, mais próximos da tradição africana, e os da espécie *umbanda*, que juxtapõem diversas tradições, africana, indígena e europeia (catolicismo e espiritismo). Os *candomblés*, segundo suas subdivisões internas (nagô-queto, jeje, angola...), empregam diversas línguas: iorubá (majoritária), eve-fofi (jeje), quimbundo-quicongo (angola)... que são consideradas como marcas identitárias e utilizadas da mesma maneira que os rituais, para distinguir as diferentes sortes de culto. No plano linguístico, trata-se mais de formas pidginizadas, em razão da proveniência de seu fundo lexical e da ausência do funcionamento gramatical característico da língua epônima de referência. O acesso a elas é, na verdade, difícil pelo fato de serem reservadas, no mais das vezes, aos iniciados. Elas servem de suporte ao ritual: cânticos, saudações, nomes-mensagens de iniciados. Destinam-se também à comunicação no interior da comunidade cultural. Nos cultos de tipo umbanda, ao contrário, a língua é bastante próxima do português brasileiro dito popular, mas demarca-se dele por seu vocabulário, por seu semantismo e por marcas morfossintáticas, segundo a entidade espiritual que a utiliza. Como se presume que são preferidas por entidades, recebidas pelo médium em estado de transe, a pesquisa sobre essas línguas torna-se ainda mais difícil. Ademais, existe uma especificidade linguística própria a cada entidade, de forma que se podem facilmente distinguir, pela sua maneira de expressar-se, os *Caboclos* (espíritos aperfeiçoados de ancestrais indígenas autóctones), as *Crianças* (espíritos infantis), as *Pombaginas* e os *Exus* (espíritos das trevas).

Línguas secretas

São línguas utilizadas pelas populações negras isoladas, constituídas geralmente de descendentes de antigos escravos e, às vezes, de antigos quilombolas. Elas são emblemáticas como núcleos de "resistência" cultural negro-africana e foram assinaladas em diversas localidades de Minas Gerais. Até agora, no entanto, apenas duas dentre elas foram estudadas e são, por isso, mais conhecidas: a de Tabatinga (Queiroz, 1998), situada num bairro pobre da periferia de Bom Despacho, e a do Cafundó (Vogt e Fry, 1996), comunidade rural negra situada em Salto de Pirapora, a 150 km de São Paulo.

Elas têm em comum o fato de ser uma espécie de código secreto que serve, de preferência, como meio de ocultar as conversas, principalmente em presença de estranhos. É provável que essas línguas tenham exercido essa mesma função no passado a fim de esconder dos senhores as palavras trocadas entre os escravos, sobretudo quando eles planejavam fugas. Hoje elas continuam a exercer esse papel, mas, freqüentemente, transpostas para outros conflitos sociais.

No plano linguístico, essas línguas partilham um fundo lexical do tipo *banto*, mas enquanto a do Cafundó se aproxima de uma forma pidginizada, a de Tabatinga

avizinha-se mais daquilo que se designa como "português popular brasileiro". Além disso, a língua de Tabatinga parece constituir um exemplo típico de substituição simbólica. Com a queda do regime de escravidão, ela foi utilizada mais para marcar as diferenças entre os brancos e os negros: o que conta principalmente é que os brancos não têm acesso a ela (Queiroz 1984: 20).

Em direção a uma "reafricanização"

Por volta dos anos 70, um fenômeno novo, que recebe o nome de "reafricanização", produziu-se no seio dos cultos afro-brasileiros. No plano linguístico, traduziu-se pela valorização quase exclusiva da língua iorubá. Esse movimento exprime de fato o desejo de uma maior autenticidade no que concerne à "africanidade" dos cultos. A pedido de seus responsáveis (pais e mães de santo) e sob o impulso de intelectuais nigerianos, cursos de iorubá foram ministrados, não somente aos iniciados, mas também a todos aqueles que desejavam aprofundar a prática do candomblé. Um turismo local organizado para a Nigéria e transmissões televisivas tanto de cultos afro-brasileiros quanto dos cultos correspondentes na Nigéria amplificaram a tendência a uma determinada "iorubanização" desses cultos, o que levou certos "pais de santo" a alinhar seus próprios rituais aos modelos importados da Nigéria, mesmo no caso dos cultos até então estranhos a esses modelos. Esse tipo de "reafricanização" chegou, com muita frequência, a uma solução redutora no plano linguístico, pois a autenticidade linguística africana foi assimilada ao emprego exclusivo da língua iorubá da Nigéria, enquanto no Brasil a realidade histórica mostra que o vocabulário de base das línguas culturais é muito mais diferenciado. As principais línguas culturais de referência são: a) eve, fon, gun, mal para os cultos do tipo "jeje mina"; b) iorubá (dialetos falados na Nigéria Ocidental e o nagô, do reino de Queto, do Benim) para os cultos do tipo "nagô, queto, jjejá"; c) quicongo-quimbundo-umbundo para os cultos do tipo "angola, congo-angola, etc." (cf. Castro, 2001: 81-82).

Para uma abertura teórica e metodológica

Alternância de códigos

Na sequência deste percurso histórico, fica muito claro que nenhum documento devidamente identificado e datado menciona a existência, no curso desses quase cinco séculos, de um crioulo no Brasil. Ao contrário, os documentos inventariados colocam *em evidência a favor da existência de uma alternância de códigos ("code switching") na qual a língua portuguesa serve constantemente de pólo de referência em relação às*

línguas africanas que se sucederam, geralmente a título de língua veicular: no século XVII, o quimbundo; no século XVIII, a língua "mina"; no XIX, principalmente a língua iorubá, mas também, em alternância, outras línguas: guránsi, jeje (mal?), eve-fon, banzá, canri e tapa (mapé).

Todas as línguas africanas chegadas ao Brasil foram, na verdade, línguas retiradas de seu nicho ecológico, submetidas a diversas rupturas — fonológicas, morfosintáticas e semânticas —, niveladas pela ausência de variantes dialetais e confrontadas com novos contatos linguísticos. Os dados históricos fazem aparecer nitidamente uma mudança de seu estatuto linguístico. Na sua primeira fase, o quimbundo, na realidade, já veicular em Angola antes de ser trazido para o Brasil, exerce, entretanto, neste último, o papel integral de língua por, ao menos, duas razões: sua utilização na escrita num contexto religioso, já na própria Angola, sob a forma de catecismo, em 1642 ("Gentio de Angola..."), depois sua gramatização no Brasil por Pedro Dias (1697). Numa segunda fase, passou-se claramente ao estatuto de língua veicular africana assumido pela língua "mina" de Costa Peixoto (1731-1741). Depois, no século XIX, é um plurilinguismo africano que se afirma, graças ao qual diversas línguas da África coexistiram numa só região, embora ignoremos ainda seu estatuto sociolinguístico. Enfim, no século XX, um número muito limitado de línguas (eve-fon, iorubá, quimbundo) foi "refuncionalizado" como línguas de "resistência" cultural negro-africana. O iorubá é também a única que parece ter sido objeto de uma tentativa de "reafricanização".

Como em nenhum lugar se menciona a presença histórica de um crioulo africano de base portuguesa, a despeito do fato de que seguramente escravos transitararam, antes de sua chegada ao Brasil, por lugares de espera onde se falava esse tipo de crioulo (ilhas de São Tomé, Ano Bom e Cabo Verde), é razoável pensar que, na maior parte dos casos e numa duração de vários séculos, a única opção linguística deixada aos escravos que desembarcavam no Brasil foi a de uma "alternância de códigos" do tipo "code switching", obrigados que eram a operar seja pelo emprego do português, seja pelo de uma língua africana, veicular ou não, já empregada por aqueles que os precederam.

Empréstimos lexicais

A reflexão acadêmica, relatada na primeira parte, incidiu mais sobre o eventual impacto das línguas africanas sobre o português falado no Brasil do que sobre as próprias línguas africanas. De modo muito particular, ela focalizou sua atenção, de um lado, nos numerosos empréstimos lexicais das línguas africanas, designados, às vezes, como "africanismos"; de outro, em alguns traços fonológicos, morfológicos e sintáticos, interpretados como marcas diferenciadoras que permitem distinguir o português dito popular do português chamado acadêmico ou padrão, com vistas a fundamentar a existência ou não de um processo de crioualização.

A propósito dos empréstimos lexicais, convém lembrar que, qualquer que seja seu número (estimativas recentes avaliam-nos em mais de 3000), as palavras de origem africana são claramente em menor número do que as de origem indígena (tupi-guarani). *Uma verdadeira análise sistemática e paralela dos dois tipos de empréstimos nunca foi feita e, no entanto, ela aportaria um importante esclarecimento sobre os contatos das línguas do período da escravidão e, finalmente, sobre a identidade lexical do português falado atualmente no Brasil.* Além disso, tendo a integração dos termos de origem africana sido feita em épocas diferentes, é inexacto colocá-los todos no mesmo plano. Alguns desses empréstimos foram, aliás, integrados ao português numa época anterior a seu emprego brasileiro e suas formas atuais, ao figurar no português atual do Brasil, permitem caracterizá-los como pertencentes a uma segunda geração de empréstimos. A primeira, que é também a mais próxima da língua-fonte, encontra-se já, por exemplo, no português falado em Angola no século XVI e no começo do XVII.

De outro lado, entre os empréstimos, conviria separar os termos de especialidade, isto é, os termos técnicos empregados no interior dos cultos afro-brasileiros — muitas vezes facilmente reconhecíveis porque não estão ainda submetidos ao nivelamento fonológico da língua portuguesa —, daqueles que estão realmente integrados ao léxico do português e são utilizados fora dos limites setoriais do vocabulário de especialidade.

Enfim, em matéria de realidade lexical, é inapropriado e muito restritivo empregar o conceito de “influência” exercida por uma língua-fonte (aqui, línguas africanas) sobre uma língua-alvo (no caso, o português). Trata-se antes da capacidade desta última língua de apropriar-se dos termos necessários a sua própria expressividade, qualquer que seja sua origem.

Traços fonológicos, morfológicos e sintáticos

Se o argumento da presença de termos de origem africana foi invocado sobretudo pelos defensores da hipótese de uma influência das línguas africanas, o argumento dos traços fonológicos, morfológicos e sintáticos foi notadamente empregado em apoio às teses em favor da “crioulização” e da “semicrioulização”. Holm (1992) resume claramente seus principais traços: a) fonologia: estrutura silábica CV, processo de desnasalização, palatalização, alternância de *l* e *r*; b) morfologia: flexão verbal reduzida, ausência de concordância sujeito-verbo, marca de número no primeiro termo do sintagma nominal, emprego do pronome objeto, referência definido/ indefinido; c) sintaxe: marca pré-verbal, predicação não verbal, dupla negação, focalização do predicado, equivalência reflexivo/passivo, redobro, *ter e estar*, *falar p’a*, preposições *ni, na, Ø*.

A utilidade desse inventário é incontestável, como também o é sua aproximação com os crioulos. Conviria, no entanto, hierarquizar esses traços. Com efeito, como sublinha Manessy (1995: 49),

de um ponto de vista descritivo, (essas) características [...] podem ser classificadas comodamente em duas categorias, segundo elas favoreçam a perceptibilidade do enunciado ou sua inteligibilidade. Dizem respeito à inteligibilidade os processos concernentes à expressão das categorias gramaticais e das relações sintáticas.

Essa distinção é importante, porque ela condiciona, em parte, a interpretação ulterior dos dados.

Entretanto, apenas tomar em consideração traços fonológicos, morfológicos e sintáticos não permite chegar a uma conclusão aceitável. A interpretação desses traços exige ser confrontada e reavaliada com a ajuda de outras aproximações linguísticas, tanto sincrônicas quanto diacrônicas, primeiro, *in loco*, no Brasil, em seguida, fora do Brasil.

No próprio Brasil, uma primeira aproximação impõe-se com o *tupi*, pois também em relação a ele o termo “influência” foi empregado. Serve de prova o próprio título do artigo de Robl: “Alguns problemas da influência tupi na fonética e morfologia do português popular do Brasil”. Entretanto, o autor precisa em sua conclusão que

o contacto linguístico entre portugueses e tupis não implicou na introdução de elementos gramaticais tupínicos no português do Brasil, tirante uns três sufixos, de pouca vitalidade, aliás. Na realidade, o que houve foram adaptações fonéticas e reduções morfológicas, sem alteração, porém, do sistema, vale dizer, verificou-se apenas uma ação alógotica, que acentuou o carácter conservador e, principalmente, acelerou a deriva inovadora: das tendências do português do Brasil, a partir do século XVI (1985: 177).

Essa última reflexão conduz-nos a um segundo tipo de aproximação que convém estabelecer, mas desta vez, com o português falado em Portugal, o português da história, mas também dialetal. Révah convide-nos a isso. Depois de ter criticado a afirmação de Gonçalves Viana no século XIX, segundo a qual a maior parte das particularidades da pronúncia brasileira “não são reliquias do português continental de outras eras, mas sim um produto crioulo, um defeito de pronúncia estrangeira...”, ele apóia-se em diversos trabalhos que incidem sobre o conjunto do território brasileiro, entre os quais *O dialeto caipira*, de Arnadu Amaral, para constatar que “o sistema fonético e morfológico é mais ou menos o mesmo em toda parte e os traços distintivos que isolam, em certa medida, o falar caipira são arcaísmos portugueses bem caracterizados, que seria impossível atribuir à influência tupi”. Ele acrescenta: “O que levou os filólogos brasileiros a aceitar tão facilmente a denominação de ‘dialetos crioulos’ para seus falares populares foi, de fato, o sistema morfológico cujo carácter português lhes pareceu impossível defender... Atribuem-se essas simplificações escandalosas aos indígenas e aos negros que teriam sido incapazes de assimilar o sistema morfológico da língua-padrão luso-brasileira” (1959: 277). Ele não nega, de maneira absoluta, toda influência tupi ou, sobretudo, africana, mas sublinha que a simplificação morfológica foi, “antes de tudo, provocada por duas leis fonéticas (queda do -s no final das palavras e desnasalização do e)”. Precisa, logo em seguida, que “simplificações morfológicas da mesma natureza e da mesma origem fonética encontram-se em Portugal” (1959: 277-278).

A posição metodológica de Révaz leva-nos a insistir na necessidade de operar um terceiro tipo de aproximação, que se revela indispensável, se não se quer encerrar o português falado no Brasil numa espécie de "ilha" linguística. Vários traços linguísticos evocados, tanto fonológicos quanto morfológicos e sintáticos, são igualmente atestados no português falado em dois outros países situados ao sul do equador e historicamente ligados ao Brasil: Angola e Moçambique. Estudos recentes, apresentados sob a forma de tese, notadamente dois feitos por franceses, puseram em relevo, de maneira sistemática, traços similares no português falado em cada um desses dois países: para o português de Moçambique, M. Laban (1999) e para o da Angola, J.-P. Chavagne (2005). Um e outro, quando é o caso, estabelecem remissões, tanto para as semelhanças quanto para as diferenças, seja ao português falado no Brasil, seja ao falado em Portugal, seja a um ou outro dos países africanos implicados. Por isso, é possível fazer uma comparação sistemática dos dados numa escala mais ampla. Tál comparação é muito mais necessária do lado brasileiro, porque o Brasil, durante séculos, foi o motor principal das relações atlânticas, em particular com Angola. Esses contatos linguísticos foram ininterruptos. Mas hoje eles se agigantaram, porque o Brasil reexporta sua língua por potentes meios – ensino, literatura e mídia – tanto para Angola como para Moçambique. A essas aproximações, conviria acrescentar aquelas, mais recentes, providas de outras línguas, europeias e não europeias.

Em si, o conjunto dessas aproximações deveria permitir estabelecer, no português falado no Brasil, a especificidade de cada aporte. Entretanto, coloca-se em relação a elas uma questão de fundo: essas aproximações, por mais variadas que sejam, bastarão para apreender a verdadeira identidade do português falado no Brasil? Uma observação de ordem metodológica do africanista Manessy daria a impressão de negá-lo:

...os autores que creêm descobrir, em estratos anteriores ou contemporâneos, o esboço dos traços que caracterizam tal variedade veicular (ou tal crioulo que dela provém) são vítimas de um erro de perspectiva. Eles imputam à substância da língua o que é apenas o efeito contingente de um certo modo de sua utilização. Em todos os tempos e em todos os lugares, uma língua, qualquer que seja sua estrutura, é suscetível de conhecer empregos que desencadeiam a operação de processos latentes, normalmente contidos pelas exigências do bom uso. O fato notável é que essa operação produza resultados similares, independentemente dos materiais linguísticos a que é aplicada (1996: 61).

É verdade que G. Manessy exprime-se dessa maneira a propósito das línguas veiculares, mas seu ponto de vista parece ter um alcance mais geral.

Descendendo a problemática, da natureza intrínseca da língua para a de sua utilização, ele dirige a atenção para uma realidade que se situa para além dos limites geográficos e tipológicos das línguas. Modificações análogas são atestadas na maior parte das grandes famílias linguísticas africanas, qualquer que seja sua diversidade tipológica, até no árabe, e mesmo nas línguas dos colonizadores, inglês, francês,

português. Para estas últimas, a norma dominante não é sempre a forma padrão, escolar e administrativa. Formas vernáculas coexistem, caracterizadas pela simplificação das estruturas gramaticais e por um relaxamento da tradição sociocultural que permite libertar a língua das coerções normativas.

Línguas africanas: línguas orais

Como já se explicou, as línguas africanas historicamente atestadas no Brasil foram essencialmente línguas orais. Somente o *quimbundo* teve escrita e foi gramatizado e, num grau menor, também, a língua "mina". O tempo, aliás, obliterou esses dois acontecimentos e isso se deu mais facilmente porque eles foram produzidos por falantes aloglotas. Entretanto, mesmo na ausência de escrita e de gramatização, as línguas africanas, ao vir da África, conheciam já certa codificação ligada ao uso da fala. Ela manifesta-se sob forma de "interditos" de proferimento relativos ao espaço, ao tempo e aos interlocutores e também sob forma de aprendizagem das manipulações das imagens e dos símbolos (análoga a nossa retórica), conjunto de regras específicas das sociedades ditas de tradição oral.

Embora num grau menor encontram-se no Brasil formas análogas no emprego das línguas é da "fala" no seio dos cultos do tipo candomblé, onde coexiste, aliás, uma verdadeira tradição oral africana (Bonvini 1989), que se manifesta pelo valor intrínseco atribuído à noção de fala (ritualizada na iniciação e na adivinhação) e aos textos orais que ela utiliza (narrativas, contos, provérbios, cânticos e diversos textos ligados a atividades rituais). Nada disso, ao contrário, ocorre no culto de tipo umbanda, onde é o português que predomina.

Como já se disse, quanto à língua portuguesa utilizada pelos escravos e seus descendentes, importa distinguir seu uso no interior dos cultos (na umbanda, sobretudo) daquele que tem lugar fora deles. Com efeito, não está em causa o mesmo nível de língua. No primeiro caso, trata-se de uma língua de especialidade, que difere, aliás, segundo as entidades espirituais implicadas.

Os escravos africanos: aloglotas

Num e noutro caso, entretanto, tratando-se de descendentes de escravos, é preciso estabelecer o princípio de que a língua portuguesa falada resulta, na partida pelo menos, da apropriação, no local de trabalho, da língua dominante, feita por aloglotas mantidos socialmente à margem da comunidade que a praticava. Isso pode explicar a existência ou a coexistência de estratos sucessivos de apropriação sob forma de aproximações no domínio da língua, primeiro no plano semântico-lexical e depois no morfossintático. Trata-se, sobretudo, de uma língua escritamente oral e não

normatizada, no duplo sentido de ausência de um uso reconhecido, definido, codificado, até ensinado, e ausência igualmente da codificação tradicional da "fala" própria às sociedades africanas, de "tradição oral", que se acaba de evocar. Isso implica que as condições de seu emprego são mais importantes do que o cuidado de executar uma norma, acomodando-se sua utilização prática muito bem a aproximações na estruturação e no enunciação dos enunciados.

Se se acrescentarem os fatos de que, de um lado, seu uso é marcado por um determinismo funcional que privilegia a eficácia e a economia de esforço e que acaba por reduzir a língua a ser apenas um instrumento de comunicação e, de outro lado, de que os falantes aloglotas da época da escravidão não eram "neutros", mas carregados de hábitos, de reflexos, de pressupostos histórica e culturalmente marcados, sobretudo no plano semântico-cognitivo, torna-se fácil conceber que essa mesma língua está mais próxima de um conjunto de usos de enunciação do que de regularidades condicionadas por normas codificadas.

Por esse motivo, é sem sentido conceber essa realidade linguística como uma entidade coerente e "monolítica" e também querer estabelecer como regras gramaticais o que, na realidade, é somente um conjunto de usos enunciativos. É, sobretudo, excessivo tentar modelizá-la sob forma de "gramática", no sentido clássico da palavra, e compará-la, de um lado, com as línguas africanas de origem, em termos de superestrato ou substrato, e, de outro, com a língua portuguesa normatizada. Em relação a esta última, levando em conta a diversidade das línguas que, historicamente, entraram em contato, africanas e não africanas, é indubitavelmente preferível prever uma gramática de tipo "polilical" ("hiperlíngua?"). Sempre segundo Manessy (1995: 14-15), "a ausência de uma norma reconhecida põe às claras modos de exercício da linguagem mascarados nas línguas 'normais' pela pressão do bom uso, que cria a ilusão de uma unidade factícia, aliás, sociolinguisticamente necessária à perenidade do falar", tornando-se a existência da norma indispensável para justificar o sentimento de constituir uma comunidade.

É preciso provavelmente imputar à conjugação dos reflexos histórica e culturalmente marcados dos falantes e desses modos de exercício da linguagem certos processos (simplificação, redução) fonológicos e morfosintáticos comuns ao português do Brasil chamado popular e aos pidgins, crioulos e línguas veiculares da África negra, sem, por isso, estabelecer uma dependência direta entre um e outros. É possível e provável que escravos que falavam crioulo tenham vindo para o Brasil, mas isso não basta para provar que houve uma influência dos crioulos africanos no português do Brasil.

Metodologicamente, parece importante pensar, primeiro, a realidade linguística brasileira como o resultado de uma configuração sociolinguística que lhe é própria e da qual é necessário não excluir também a possibilidade do aparecimento de novos falares, sem que haja, por essa razão, filiação contínua e ardorosa a partir de uma língua de

origem (Manessy, 1995: 14). É indispensável não separar a análise dos fatos da língua de sua significação social, sobretudo quando se trata de interpretar a variação e adaptação do instrumento linguístico às tarefas que ele deve assumir, num contexto onde, além de tudo, a pressão normativa é relaxada ou ausente e onde as modificações observadas não resultam obrigatoriamente das tendências inerentes aos sistemas linguísticos.

Enfim, um outro elemento a levar em consideração é o caráter institucional que uma língua adquire no seio da comunidade ou, mais exatamente, a representação que os falantes se fazem daquilo que constroem no enunciado. Os crioulos são habitualmente assumidos como idiomas de comunidades distintas da de origem. A ausência dessa representação no Brasil em relação ao português falado em confronto com o escrito e normatizado impede de considerar o primeiro como um crioulo. Ao contrário, nos cultos de umbanda, as variedades de expressão em que aparecem mais claramente traços "aberrantes" em relação ao português padrão e mais próximos daqueles atestados em alguns crioulos da África são explicitamente assumidas como elementos característicos de uma língua diferente, peculiar às "entidades" que são veneradas nesses cultos. Entretanto, em virtude da ausência de estudos sistemáticos, nada permite determinar se se trata de reminiscências de estados de línguas antigamente faladas ou de línguas novas atribuídas a essas entidades.

Conclusão

A exposição que acaba de ser feita é, antes de tudo, descritiva. Tentou-se descrever, numa visão um tanto quanto panorâmica, também no plano histórico, as diferentes facetas da relação "línguas africanas - língua portuguesa" no Brasil. Essa relação não foi das mais simples. Instaurada há séculos e inscrita no próprio coração do tráfico, ela desenvolveu-se no Brasil num jogo de alternâncias e de contatos linguísticos em que as línguas africanas exerceram, sucessivamente, um papel cada vez menos determinante em face daquele preenchido pela língua portuguesa. Elas passaram de um estatuto inicial de língua plena e generalizada (*quimbundo*), primeiro, ao de língua veicular e pidginizada ("mina"), em seguida ao de língua veicular (*iorubá*) geograficamente circunscrita e limitada a um contexto plurilíngüe e africano, para acabar numa fase de extinção progressiva, por falta de renovação suficiente de seus falantes, sobrevivendo finalmente apenas em lugares confinados, sob forma de línguas culturais ou secretas.

Paralelamente, o português afirmou-se progressivamente, até atingir, em sua fase atual, o estatuto de língua oficial de referência. Entretanto, esse mesmo português, durante séculos, foi constantemente colocado à prova de um uso inabitual, o de uma maioria de falantes, na época da escravidão, essencialmente "aloglotas", "prenhes de hábitos e reflexos linguísticos, notadamente no plano semântico-cognitivo, que lhe eram

estranhos. Durante séculos, ele foi submetido a um determinismo funcional que privilegiava a eficácia e a economia de esforço. E desses contatos múltiplos e constantes que, provavelmente, resultam sua flexibilidade e, ao mesmo tempo, sua fluidez estruturais, mas também seu dinamismo interno, feito de resistência e de inovação. Certamente, o essencial não está no fato de que sua estrutura tenha ou não permanecido intangível e idêntica a si mesma, mas de que ela tenha sido objeto de constantes reconstruções.

Para compreender tal realidade movente e inovadora, os conceitos de "influência" e de "crioulização" revelaram-se insuficientes; para não dizer inadequados. No presente, é altamente desejável que outros conceitos operatórios os substituam.

(Tradução: José Luiz Fiorini)

Notas

1 A primeira chegada de escravos negros em Salvador data de 1550, mas o início provável de um tráfico regular de escravos para o nordeste do Brasil remonta a 1568. Nessa época, Portugal já tinha uma experiência de mais de um século de escravos com a importação direta de escravos da África, que já tinham conhecido os problemas de aprendizagem da língua portuguesa e cuja maneira de exprimi-se já tinha sido objeto de peço de teatro.

2 Uma coleta sistemática das citações de negros nos textos literários está sendo feita anualmente por Tânia Alkimim da Universidade Estadual de Campinas.

Bibliografia

- BAHAI, A. (1826). *Introduction à l'atlas ethnographique du globe*. Paris: Rey & Gravier.
- BAKTER, Alan Norman (1992). "A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulanização prévia: um exemplo do estado da Bahia". In: D'ANDRADE, Ernesto; KUH, Alain (eds.), *Atas do Colóquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa"*. Lisboa: Colibri, p. 7-35.
- BIRMINGHAM, D. (1966). *Trade and Conflict in Angola (The Mbunda and their Neighbours under the Influence of the Portuguese 1483-1700)*. Oxford: Clarendon Press.
- BONVINI, E. (1989). "Tradition orale afro-brésilienne. Les raisons d'une vitalité". In: *Graines de parole, puissance des verbes et traditions orales. Textes offerts à Geneviève Calame-Graule, réunis par l'équipe des CNRS "Langage et Culture en Afrique Noire"*. Paris: Editions du CNRS, p. 153-163.
- _____. (1993). De l'Afrique au Brésil: avatars de langues et de langages. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística*. São Paulo: Abralin, 14: 341-349.
- _____. (1993). "Crôle(s) au Brésil: Esquisse d'une problématique". In: REV. HUMANI, M.-J., J. D. (org), *Jeux d'identité. Etudes comparatives à partir de la Caraïbe*. Paris: Editions L'Harmattan, p. 55-70.
- _____. (1996). Répères pour une histoire des connaissances linguistiques des langues africaines. I. Du XVII au XVIII siècle: dans le sillage des explorations. *Histoire, Epistémologie, Langage*, Paris: 18 (2): 127-148.
- _____. PETER, Margarida Maria Taddei (1998). Portugais du Brésil et langues africaines. *Langages*. Paris: 130: 68-83.
- BOXER, C. R. (1973). *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. Trad. Oliveira de Oliveira Pinto. São Paulo: Nacional/Edusp.
- BRASO, A. (1973). *História e mistologia. Inéditos e espantos*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.
- CAHO, Ft. S. C. (1991). *A Comparative Phonology of Gbe*. Berlin/New York/Garome (Benim): Foris Publications/Ladon Göt.

- CASTRO, Yeda Pessoa de (1976). *De l'intégration des apports africains dans les parlers de Bahia au Brésil*. Tese de doutorado. Université Nationale du Zaïre, 2 v.
- _____. (1980). *Os falares africanos na interação social do Brasil Colônia*. Salvador: UFBA/CEAO.
- _____. (2001). *Falares africanos na Bahia (Um vocabulário afro-brasileiro)*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- _____. (2002). *A língua mineira-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro / Secretaria de Estado da Cultura.
- CHAWAGNE, J.-P. (2005). *La langue portugaise d'Angola. Étude des traits par rapport à la norme européenne du portugais*. Tese de doutorado. Lyon: Université Lumière Lyon 2, Faculté de Langues, 3 v.
- ELIA, Silvio (1979). *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Pádua.
- FAGORON, J. G. (1994). *The Yoruba Koiné: Its History and Linguistic Innovations*. München/ Newcastle: Lincom Europa.
- FARREIA, Carlos (1969). "Remanescentes de um falar crioulo brasileiro: Helvécia-Bahia". In: FARREIA, Carlos et alii. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: PROEL/UFBA, p. 21-31.
- FRY, P. (1982). *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FRY, P.; VOGT, C. (1984). A comunidade do Cañudo, Matambura e Carapuru: na encruzilhada da identidade. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas: 6: 111-128.
- GORDON, JR.; RAMOND G., (ed.) (2005). *Ethnologue: Languages of the World*. 15. ed. Dallas (Texas): Intenational. Online version: <http://www.ethnologue.com>.
- GUÉDOU, G. (1985). *Xô e gô. Langage et culture chez les jôn (Béni)*. Paris: SELAF.
- GUY, Gregory (1981). *Linguistic Variation in Brazilian Portuguese: Aspects of Phonology, Syntax and Language History*. Ph.D. Dissertation. University of Pennsylvania. Añ Abo: University Microfilms International.
- _____. (1989). On the Nature and Origins of Popular Brazilian Portuguese. *Estudos sobre Espanhol de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, p. 227-245.
- HARR, P. E. H. (1965). "Tenne and African Language Classification before 1864". *Journal of African Languages*. Londres: 4 (1): 46-56.
- HOLM, John (1987). "Creole Influence on Popular Brazilian Portuguese". In: GILBERT, G. (ed.), *Pidgin and Creole Languages*. Honolulu: University of Hawaii Press, p. 406-429.
- _____. (1992). "Popular Brazilian Portuguese: a Semi-Creole". In: D'ANDRADE, Ernesto; KUH, Alain (eds.), *Atas do Colóquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa"*. Lisboa: Edições Colibri, p. 37-66.
- _____. (1994). A semicrioulização do português vernáculo do Brasil: evidência de contaco nas expressões idiomáticas. *Página. Revista de crioulos de base ibérica*. Brasília: Universidade de Brasília/Thesaurus 3(2).
- LABAN, M. (1999). *Mozambique: particularités lexicales et morphosyntaxiques de l'expression littéraire en portugais*. Tese de doutorado. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle - Paris III, UR d'Etudes ibériques et latino-américaines, 2 v.
- LEITE, S. (1947). Padre Pedro Dias, autor da "Arte da Língua de Angola". Apostolo dos negros no Brasil. *Portugal em África* n.º(Segunda série): 9-11.
- MANESSY, G. (1995). *Crôles, pidgins, varieties subalternes, procès et genres*. Paris: Editions du CNRS.
- MATTOSSO, K. M. de Q. (1979). *Etre esclave au Brésil: XVI - XIX siècle*. Paris: Haechette.
- MELLO, Gláston Chaves de (1946), (1981). *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Pádua.
- MENDONÇA, Raimundo (1933). *A influência africana no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Sauter.
- NARO, A.; SCHENK, Maria (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *Revista D.E.L.T.A.* São Paulo, 9, n. especial: 437-454.
- _____. (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.
- _____. (1973). *Crioulização e mudança natural. Estudos diastróticos*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1978). A Study on the Origins of Pidanzation. *Langages*, 54 (2): 314-347.
- PINTO, Edith Pimental (1981). *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2. 1920-1945: fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/Editora da USP.
- QUEIROZ, S. M. de M. (1984). *A língua do negro da Costa: um remanescente africano em Bon Despacho (AG)*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: FAL, UFMG.
- _____. (1998). *Pé preso no barro branco. A língua dos negros da Tabatinga*. Belo Horizonte: UFMG.
- RAMUNDO, Jacques (1933). *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença.
- RANDLES, W. G. L. (1968). *Lancien royaume du Congo des origines à la fin du XIX siècle*. Paris: La Haye: Mouton.

- REVAH, I. S. (1959). "Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstruire le système phonétique des parlers portugais des xv^e-xvii^e siècles?". In: *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa, p. 273-292.
- RAEIRO, João (1897). *Dicionário gramatical*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria Classical/Franco Alves.
- ROU, A. (1985). Alguns problemas da influência tupi na fonética e morfologia do português popular do Brasil. *Lerxia*, Curitiba, 34: 155-179.
- RODRIGUES, R. N. (1977 (1890-1905)). *Os africanos no Brasil*. Revisão e prefácio de Homero Pires. Notas bibliográficas de Fernando Sales. São Paulo: Nacional.
- SECUROLA, B. (1963). *Dictionnaire fon-français*. Cotonou, Benim: Procure de l'Archidiocèse.
- _____: RASINOUX, J. (2000). *Dictionnaire fon-français*. Madrid: swa (Société des Missions Africaines).
- SILVA NETO, Serafim da (1950). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença.
- SILVEIRA, Luís (ed.) (1945). *Obras novas de língua geral mineira de Antônio da Costa Peixoto*. Lisboa: Agência Geral das Colônias.
- TAMALLO, Fernando (1993). "Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias". In: ROBERTS, Ian; KYTO, Mary (orgs.). *O português brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tamallo*. Campinas: Unicamp, p. 35-68.
- VANNA FILHO, L. (1946). *O negro na Bahia*. Prefácio de G. Freyre. São Paulo: J. Olympio.
- VOGT, C., FR, R. (1982). A "descoberta" do Cafundo: alianças e conflitos no cenário da cultura negra no Brasil. *Religião e Sociedade*. "Da tradição Nago". São Paulo, 8: 45-52.
- _____: _____. (1996). *Cafundo, A África no Brasil: linguagem e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras.

A inexistência de crioulo no Brasil

Jean-Louis Rong

Quando se aborda a questão dos crioulos, uma das maiores dificuldades é que não existe acordo entre os linguistas sobre a definição dessas línguas. Segundo os critérios considerados, encontramos definições extremamente diferentes, a tal ponto que alguma autorizam a classificação das línguas românicas como crioulas e outras restringem essa categoria a duas ou três línguas. Adotaremos aqui uma definição "intermediária", que considera os crioulos como sistemas linguísticos resultantes de uma ruptura tipológica com uma língua "mãe" ou "exilicadora" – geralmente uma língua europeia – em situações de colonização e/ou de escravidão. Os crioulos assim constituídos se impõem como primeira língua de uma parte da sociedade, geralmente a do grupo dominado. Uma tal definição põe, de imediato, a grande questão que os crioulistas devem resolver: por que situação aparentemente semelhantes nem sempre produziram a crioullização (isto é, a ruptura tipológica)? Questão que, para o mundo lusófono, pode ser assim enunciada: por que existem crioulos na Guiné, em Cabo Verde, em São Tomé e não no Brasil? Na verdade parece-nos difícil admitir que mesmo as variedades de português vernacular de Brasil, apresentadas algumas vezes como "crioulo", "semicrioulos" ou resultados de "descruiollização", representem uma verdadeira ruptura tipológica com a variedade padrão. Este capítulo, a partir do estudo da situação linguística da ilha de São Tomé – a maior ilha do arquipélago de São Tomé e Príncipe, situada na linha do equador, no Golfo da Guiné, a 180 milhas das costas africanas – objetiva colocar o problema em toda a sua complexidade sociolinguística e dar aos pesquisadores especializados na questão brasileira um outro ponto de referência.

Os tongas de São Tomé

A ilha de São Tomé foi descoberta pelos portugueses no fim do século XV e efetivamente povoada a partir do início do século XVI. Nesse primeiro povoamento